

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS-LINGÜÍSTICA

**TIPOLOGIA TEXTUAL: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA
O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA**

DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO CURSO DE
PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGÜÍSTICA DA UNI
VERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COMO PARTE DOS REQUISITOS PARA OB-
TENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM LETRAS-
LINGÜÍSTICA

ELIZABETH LABES

FLORIANÓPOLIS - 1990

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do Título

MESTRE EM LINGÜÍSTICA

Área de Concentração: Lingüística Aplicada e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Letras-Lingüística.

M. Marta Furlanetto

Prof^a Dra. Maria Marta Furlanetto
Coordenadora da Pós-Graduação em Lingüística

M. Marta Furlanetto

Prof^a Dra. Maria Marta Furlanetto
Orientadora

Apresentada à Banca Examinadora:

M. Marta Furlanetto

Prof^a Dra. Maria Marta Furlanetto

Teresinha O. Michels

Prof^a Dra. Teresinha O. Michels

Terezinha K. Junkes

Prof^a - MESTRA - Terezinha K. Junkes

Apóstolo T. Nicolacópulos

Prof. Dr. Apóstolo T. Nicolacópulos
Suplente

Maria Marta

e

Mariza.

AGRADECIMENTOS

À maior das forças: DEUS.

À Prof^a Dra. Maria Marta Furlanetto, que soube compreender os momentos difíceis dando simplesmente apoio;

À Prof^a Dra. Teresinha O. Michels, pelo carinho e amizade;

Ao Prof. Dr. Apóstolo T. Nicolacópulos, pela atenção e amizade;

Aos professores do curso de Pós-Graduação — Dr. Apóstolo T. Nicolacópulos, Dra. Leonor Scliar-Cabral, Dra. Maria Marta Furlanetto, Dr. Paulino Vandresen, Dra. Solange de Azambuja Lira, Dra. Teresinha O. Michels, pelos conhecimentos transmitidos;

Aos colegas do curso, pela solidariedade e incentivo;

À minha família, pela compreensão, em especial à minha mãe por ter sido avó e mãe da minha pequena Mariza;

À amiga Bernadete Zucco, pela constante ajuda;

Ao Ewerton, pela presença;

Aos professores do curso de graduação da UEM, —
Édna Pereira, Maria Celi B. Pazini, Romilda M. Corrêa, Sônia A. L. Benites, que, devido à experiência e dedicação, despertaram o meu interesse pelos estudos linguísticos;

À Universidade Estadual de Maringá — UEM, pelo apoio financeiro concedido através do Programa institucional de capacitação de docentes.

A todos os amigos que de alguma forma incentivaram a realização desta pesquisa.

R E S U M O

O objetivo deste trabalho é enfatizar a necessidade de se introduzir diferentes tipos de discursos no ensino da língua portuguesa, com os quais o aluno entra em contato na sua vida diária, mas que, em geral, encontram-se fora do currículo das escolas. Para tal, este trabalho examina algumas orientações tipológicas teoricamente e concentra a parte prática da pesquisa na análise de textos variados, através dos quais tenta-se mostrar a viabilidade da aplicação de uma metodologia fruto da perspectiva da Análise de Discurso.

A B S T R A C T

The purpose of this paper is to emphasize the need to introduce different types of discourse in the teaching of portuguese, to which the student is exposed in his/her daily life, but which, in general, are not part of the school curriculum. In this connection, this paper examines some typological orientations from a theoretical viewpoint, and then concentrates on the analysis of varied texts, by means of which it is attempted to show the viability of the application of a Discourse Analysis - oriented methodology.

S U M Á R I O

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

PARTE I

1. PROBLEMÁTICA TIPOLOGICA	6
2. PRELIMINARES TEÓRICOS: TEORIA DA ENUNCIÇÃO	10
2.1 - PRESSUPOSTOS EM BENVENISTE	12
2.2 - DOIS TIPOS DE ENUNCIÇÃO: - HISTÓRIA/DISCURSO ..	14
2.3 - REFLEXÕES DE SIMONIN-GRUMBACH	18
2.4 - CONTRIBUIÇÃO DE JAKOBSON	23

PARTE II

1. ABORDAGEM TRADICIONAL: NARRAÇÃO/DESCRIÇÃO/DISSERTAÇÃO	28
2. CIÊNCIA LINGUÍSTICA E TIPOLOGIA	33

PARTE III

1. PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO: P. CHARAUDEAU ...	42
1.1 - GÊNERO INFORMAÇÃO	50
1.2 - A PROPÓSITO DO GÊNERO PUBLICITÁRIO	55
1.3 - GÊNERO INSTRUÇÕES OFICIAIS	63
1.3.1 - O DISCURSO DA LEI	64
1.3.2 - O DISCURSO DA MORAL	65
1.3.3 - O DISCURSO DO MÉTODO	66

1.3.4 - O DISCURSO DA MISTIFICAÇÃO	68
1.4 - GÊNERO LITERÁRIO	68
2. CONSIDERAÇÕES GERAIS	70
3. PROPOSTA DE ORLANDI	71
3.1 - DISCURSO/TEXTO	75
3.2 - TIPOS	76
4. UMA TENTATIVA DE SISTEMATIZAÇÃO	79
4.1 - MANIFESTAÇÕES DISCURSIVAS DOS DOMÍNIOS	83
5. PROPOSTA DE ANÁLISE	84
5.1 - DISCURSO JORNALÍSTICO	90
5.2 - DISCURSO POLÍTICO	96
5.3 - DISCURSO PUBLICITÁRIO	98
5.4 - REFLEXÕES FINAIS	107
6. CONCLUSÃO	109
7. BIBLIOGRAFIA	112

INTRODUÇÃO

A opinião em geral dos profissionais que se encontram envolvidos com a crítica pedagógica avalia o ensino, ao menos, como "deficitário".

Estudiosos se dedicam cada vez mais a pesquisas no sentido de detectar as causas do fracasso escolar. Já é vasto o material teórico dedicado ao levantamento das possíveis causas.

Normalmente atribui-se o baixo rendimento escolar a problemas de linguagem, à origem social do aluno (ideologia da deficiência cultural). Tal teoria já se tornou "lugar comum" e gera comodismo em muitos que atuam no sistema de ensino, originando uma visão conservadora no sentido de que "não dá para mudar". Para que uma situação mude, deve ser pensada como algo passível de mudança, e é este pensamento que nos motiva a tentar propor uma alternativa metodológica de ensino de texto na área de comunicação/expressão para a fase de 5^a a 8^a séries do primeiro grau.

A justificativa da escolha da fase do ensino (5^a a 8^a séries) resultou de um processo de eliminação das demais fases em função dos objetivos do trabalho.

Nas quatro séries iniciais o trabalho escolar está mais voltado a questões de alfabetização e ensino de estrutura

ras da língua, onde o texto muitas vezes serve de mero "pretetexto estrangulado" em função do ensino, principalmente das categorias gramaticais.

Já na fase do 2º grau, há uma maior diversificação de textos que pode ser atribuída à própria clientela, em geral mais crítica, à melhor preparação do profissional ou mesmo porque o uso exclusivo do livro didático já não ocorre. Vemos, então, a fase de 5ª a 8ª séries como sendo a que tem uma maior lacuna no ensino de texto.

Normalmente o professor de 5ª a 8ª séries norteia seu trabalho em função dos livros didáticos, cada vez mais difundidos a partir da implantação do PLIDEF (Plano do Livro Didático do Ensino Fundamental), passando a existir uma limitação dos tipos de textos, resultando em "não apenas uma pobreza relativa de materiais, mas (...), sobretudo, uma limitação significativa na experiência escolar e existencial da criança". (FLORES, 1988:6).

Acreditando ser o texto o instrumento mais eficaz de que se dispõe na instituição escolar para conscientizar o aluno da existência de variações linguísticas e das consequências de seu uso, propomos a introdução de uma maior diversificação de textos, bem como mudanças nos princípios metodológicos de ensino do texto no sentido de melhorar sua compreensão, levando a uma avaliação crítica, e assim fazer sentido tanto para o professor quanto para o aluno.

Tentamos elaborar nosso trabalho com base em critérios que respondessem à orientação atual da pesquisa linguística, concordando, principalmente, com os princípios da Anã-

lise de discurso e da Semântica argumentativa.

Uma das concepções principais que nortearam a pesquisa foi não mais considerar os textos como meros instrumentos de transmissão de informações como se compreende no atual sistema escolar, mas como espaço de interação entre locutores que produz diferentes efeitos de sentidos quando consideradas as condições de produção, pois, como diz GUESPIN (1971: 10):

"...um olhar lançado sobre o texto do ponto de vista de sua estruturação 'em língua' faz dele um enunciado. Um estudo lingüístico das condições de produção desse texto fará dele um discurso".

A pesquisa centrou-se na tentativa de estabelecimento e caracterização de uma tipologia, bem como na apresentação de uma proposta metodológica de compreensão de textos fundamentada em critérios da AD. Para esse efeito, realizamos, inicialmente, o levantamento bibliográfico de diferentes propostas tipológicas. Partimos da teoria da enunciação, mostramos a abordagem tradicional e o prisma da lingüística de texto para chegarmos à atual perspectiva da Análise de Discurso, a partir da qual apresentamos a proposta de P. Charaudeau e Eni P. Orlandi, que deram sustentação à nossa análise.

Procedemos a seguir a uma tentativa de sistematização das diferentes propostas, objetivando mostrar a existência da articulação entre as mesmas, independentemente dos critérios adotados. Logo após, complementando o quadro tipológico, apresentamos uma exemplificação de diferentes manifestações discursivas.

A parte prática constitui-se da análise de diferentes tipos de textos – jornalístico, político e publicitário – através dos quais tentamos chamar a atenção para a viabilidade de aplicação dos modelos da Análise de Discurso no sentido de desvendar as intencionalidades inscritas na linguagem e, conseqüentemente, levar a uma leitura de desvelamento dos implícitos, dos mecanismos persuasivos, pois, como diz KOCH (1984:160):

"Ao professor cabe a tarefa de despertar no educando uma atitude de crítica diante da realidade em que se encontra inserido, preparando-o para 'ler o mundo': a princípio, o seu mundo, mas, daí em diante, e paulatinamente, todos os mundos possíveis".

Tentamos demonstrar, que se extrapolarmos os tipos e procedimentos tradicionais de análise de textos estaremos dando ênfase ao caráter vivencial da língua, bem como instrumentalizando o aluno para se defender da ação manipuladora que a linguagem pode vir a exercer, tornando-o parte ativa do processo de compreensão discursiva.

I^a PARTE

1. A PROBLEMÁTICA TIPOLOGICA

A tendência formalista-logicista que ainda é dominante na atual orientação dos estudos lingüísticos aos poucos perde espaço aos estudos que se voltam para a heterogeneidade e diversidade da linguagem. Entre estes estudos encontramos a Análise de discurso, e é com o surgimento desta nova perspectiva* de pensar a linguagem que surge a problemática da natureza textual.

Convém, de início, definir em linhas gerais o que se entende por Análise de Discurso (que abreviaremos AD, como está convencionado), para em seguida tratar de sua relação com a tipologia textual.

A AD é um novo lugar que começa a expandir-se em meio aos estudos lingüísticos. Apesar de ser uma proposta recente, muito vem sendo produzido, caracterizando-se a atual fase como sendo de elaboração de sua teoria e prática analítica. O papel desta é relevante, pois é através da análise prática que o corpo teórico vem se sedimentando em função dos resultados positivos por ela demonstrados. Percebemos neste ponto uma diferença em relação às outras "linhas" que

* Preferimos aqui empregar o termo "perspectiva" em lugar de "linha", comumente usada para se referir às diferentes direções tomadas frente a uma determinada disciplina, por ser a Análise de Discurso um campo novo, de reflexão crítica sobre a linguagem, que não tem estabelecidos princípios rígidos de ordem e classificação.

tratam do estudo da linguagem, onde normalmente o trabalho teórico precede a prática e onde a prática nem sempre tem lugar, levando, em alguns casos, a um reducionismo teórico.

Uma das características fundamentais da AD (linha francesa aqui considerada) é a introdução da reflexão sobre a ideologia instaurada na linguagem, levando os estudos linguísticos a um deslocamento em direção às ciências sociais, gerando em consequência a polêmica de não considerá-la como fazendo parte da "ciência linguística".

O objeto de estudo da AD não é abstrato, idealizado, mas o discurso enquanto interação com a exterioridade que o constitui.

"O discurso, [...] visto dessa perspectiva, é menos transmissão de informação do que efeito de sentidos entre locutores, sendo considerado como ação social, ou seja, como parte do funcionamento social geral. O contexto histórico-social, a situação, os interlocutores – isto a que chamamos tecnicamente de condições de produção – constituem a instância verbal produzida, ou seja, o discurso". (ORLANDI, 1987:83).

Importa ressaltar que nesta perspectiva o objeto é o discurso tomado como conceito teórico e metodológico e a unidade de análise é o texto.

O texto não é considerado como espaço formal, estático, mas como unidade complexa de significação, pois em sua análise serão consideradas intenções do locutor, quadro institucional, dados sócio-históricos, expressão do sujeito face a outro sujeito – ou seja, suas condições de produção. O

texto "é" enquanto significar, não implicando questão de ex tensão: pode ser um conjunto de frases, uma frase ou até uma palavra, desde que tenha significação em relação à situação. Enfim, o texto

"é a totalidade da qual se parte na análise da estruturação do discurso". (ORLANDI, 1987:159).

Ao final destas considerações gerais abre-se espaço para introduzir a questão da tipologia, que podemos problema tizar com uma questão: O que explica o grande número de trabalhos ocupados com a problemática tipológica no campo da AD?

As numerosas propostas de tipificação textual no campo da AD encontram explicação na importância que a classi ficação de textos assume nesses trabalhos; em outras palavras, toda análise de discurso supõe uma tipologia e ao mesmo tempo fornece elementos para uma caracterização tipológica. ORLANDI atribui ao tipo, em AD, a mesma função classifi catória, metodológica, que possuem as categorias na análise linguística.

Para a AD o tipo representa o princípio organizador que procura distinguir discursos para, em seguida, relacioná-los a um domínio comum, ou seja, construir uma generalidade.

Ao se tentar fazer uma classificação de textos em determinados tipos esbarra-se em certos problemas. O primeiro destes refere-se à escolha de critérios que sejam adequados à descrição e explicação dos diversos tipos de textos.

Ao levantarmos a questão verificamos a existência

de várias espécies de tipologias, cujas diferenças resultam do uso de diferentes critérios que derivam de diferentes teorias do uso da linguagem: da retórica, da sociolinguística, da teoria da enunciação, da pragmática; ou são edificadas com base em características formais, estruturais ou funcionais.

Trataremos mais especificamente da heterogeneidade dos critérios posteriormente, quando apresentarmos alguns dos estudos tipológicos já propostos.

Outro fato a considerar, constatado pelas práticas analíticas já realizadas, é que, ao tratar de tipos, não podemos deixar de ressaltar que não há tipos puros de discurso; o tipo deve ser considerado em termos de seu funcionamento dominante, uma vez que diferentes tipos frequentemente aparecem combinados em um mesmo discurso.

Outro ponto no tratamento tipológico que merece atenção se refere a questões terminológicas. Ao fazermos o levantamento de alguns trabalhos, pudemos verificar que o que alguns autores tratam como "tipos", outros consideram "modos de discurso" ou ainda "gêneros discursivos".

2. PRELIMINARES TEÓRICOS:

TEORIA DA ENUNCIÇÃO

Com o objetivo de fornecer uma visão geral dos trabalhos tipológicos já realizados e demonstrar os diferentes caminhos percorridos em função dos critérios adotados, vamos a seguir rever e comentar algumas propostas. Convém, entretanto, justificar de modo mais específico o porquê da escolha destes trabalhos.

1. O trabalho de Émile Benveniste (1976), por ser considerado uma nova direção dentro dos estudos lingüísticos até então realizados, e cujas idéias desencadearam e fundamentam grande número de produções, entre as quais a de Simonin-Grumbach, que apresentaremos quando da discussão da teoria da enunciação. Ainda dentro desse quadro apresentaremos a contribuição de Jakobson.

2. Uma tipologia com base em tipos de textos considerados tradicionais não poderia ser excluída, principalmente por ser esta a orientação que fundamenta o atual trabalho pedagógico.

Paralelamente apresentaremos a proposta tipológica desenvolvida por Koch e Fávero que trata, entre outros, dos reconhecidos tipos tradicionais, mas sob novos critérios advindos do desenvolvimento dos estudos lingüísticos de texto.

3. Na perspectiva da AD, por ser o direcionamento dado ao nosso trabalho, optamos por duas propostas: a de Patrick Charaudeau (1983), por apresentar uma vasta fundamentação teórica e uma aplicação em vista de questões discursivas; e a de Eni P. Orlandi (1987), que trabalha com noções hoje consideradas fundamentais em AD, como "condições de produção", "produção de sentido", "interação", "polissemia", e "ideologia".

Alusões a outras propostas serão feitas no transcorrer do trabalho sempre que se tornar oportuno.

2.1. PRESSUPOSTOS EM BENVENISTE

Émile Benveniste, vendo o estruturalismo como que limitando sensivelmente o campo de compreensão do fenômeno da linguagem, aponta uma nova orientação aos estudos lingüísticos que adote formas mais amplas não só de descrição, mas também de explicação da prática da linguagem. Inclui em seus trabalhos os fatos de enunciação que vão dar origem à teoria da enunciação que, segundo Maingueneau (1981:33).

"obriga a cessar de se ficar exclusivamente nos limites da frase e a estudar de que maneira, dentro de uma estrutura textual determinada, um enunciador inscreve uma certa relação com o mundo, com o próximo, com outros textos..."

Convém salientar que "estrutura textual" é compreendida aqui enquanto marcas lingüísticas de superfície. Parte-se dos tempos verbais, dos dêiticos temporais, dos pronomes e outras marcas para "reconstruir o modo de enunciação ou os tipos de atitude comunicativa do locutor". (KOCH e FÁVERO, 1987:04).

Os trabalhos de Benveniste em torno da teoria da enunciação foram desenvolvidos em "Problèmes de linguistique générale" I e II (Paris, Gallimard, 1966 e 1974 respectiva-

mente).

Focalizaremos aqui o artigo de Benveniste onde ele tenta sistematizar os usos complementares dos tempos verbais em francês "As relações de tempo no verbo francês" (Benveniste, 1976:260-72), em que estabelece uma linha mestra em direção a uma tipologia do discurso: o discurso e o não discurso (a enunciação histórica).

O autor questiona em seu artigo a distribuição do sistema verbal do francês contemporâneo, que se pretende apresentar como homogêneo.

Segundo a interpretação tradicional, existiria uma concorrência entre as formas verbais do pretérito (passado simples = PS) e perfeito (passado composto = PC). O PS, por exemplo, il fit e o PC, il a fait (ambos = ele fez), após terem tido funções distintas, foram progressivamente se tornando termos sinônimos, sendo que a forma do PS aos poucos perde espaço, num processo de sucessão, à forma do PC. Benveniste reage a essa idéia afirmando que

"Uma forma não desaparece a não ser que a sua função não seja mais necessária ou que uma outra forma a cumpra melhor. Trata-se, pois, de precisar a situação do aoristo [PS] com relação ao duplo sistema de formas e de funções que constitui o verbo". (1976:268).

Para Benveniste, as explicações habituais que consideram essa dualidade como variantes de emprego, segundo se tratasse da escrita (PS) ou da fala (PC), não dariam conta das classificações e das realidades de emprego, e propõe mostrar que:

"Os tempos de um verbo francês não se empregam como os membros de um sistema único; distribuem-se em dois sistemas distintos e complementares. Cada um deles compreende apenas uma parte dos tempos do verbo; todos dois estão em uso concorrente e permanecem disponíveis para cada locutor. Esses dois sistemas manifestam dois planos de enunciação diferentes, que distinguiremos como o da história e o do discurso. (1976:261-2).

Assim, essa dualidade de formas salientaria os dois planos de enunciação: o PS (ou aoristo, como prefere Benveniste) seria o tempo de base da história e o PC (perfeito) um tempo do discurso. Esta distinção diz respeito à relação entre a organização formal dos enunciados e sua interpretação "semântica" (o nível semântico aqui aparece por oposição a semiótico). Haverá, então, dois subconjuntos de marcadores (pessoa e tempo) que vão determinar dois modos de interpretação referencial.

2.2. DOIS TIPOS DE ENUNCIAÇÃO: - HISTÓRIA/DISCURSO

De acordo com Benveniste, a enunciação histórica caracteriza a narrativa dos acontecimentos passados. Esse tipo de enunciação seria reservada à língua escrita, não marcaria a intervenção do locutor na narrativa e excluiria toda forma linguística "autobiográfica". A narrativa se construiria estritamente sob formas de 3ª pessoa. O enunciador não aparece, ele constata os fatos; em outras palavras, há uma referência ao tempo dos acontecimentos enunciados sem relação com o tempo da enunciação.

No campo da expressão temporal comportaria (três) tem
pos:

- o aoristo (PS);
- o imperfeito;
- o mais-que-perfeito.

O tempo fundamental é o aoristo, que é o tempo do acontecimento fora da pessoa de um narrador.

Acessoriamente Benveniste considera um tempo substituto de futuro, um futuro perifrástico que chama de "prospectivo". Por exemplo: Maria ia/devia viajar. Seria um pseudo-futuro que na realidade indicaria apenas iminência de uma fatalidade. E considera ainda um presente de definição intemporal.

O tipo de enunciação do discurso pode ser tanto escrito como falado, bem como a todo momento tomar o lugar da história (através de intervenções do autor na narrativa).

No discurso a prática temporal se divorcia nitidamente da narrativa histórica. O discurso emprega todas as formas pessoais do verbo e a relação de pessoa se dá entre uma não-pessoa "ele" a uma pessoa "eu"/"tu". É uma enunciação ligada à atualidade do seu enunciador que relata e se compromete com os fatos relatados.

Quanto ao emprego dos tempos, todos são possíveis, menos a forma típica da história, o aoristo. Como tempos fundamentais do discurso teríamos:

- o presente;
- o futuro;
- o perfeito (PC).

Comum aos dois tipos de enunciação encontraríamos o imperfeito.

Para Benveniste o perfeito (PC), tempo de base do discurso, não poderia substituir o aoristo sem notáveis mudanças, pois

"O perfeito estabelece um laço vivo entre o acontecimento passado e o presente no qual a sua evocação se dá". (1976:270).

Vejamos o diz OSAKABE (1979:19), a respeito dos dois planos de enunciação estabelecidos por Benveniste.

"Essa distinção entre os dois planos de enunciação dá uma idéia das razões pelas quais Benveniste situa os indicadores de tempo, pessoa, lugar etc. no interior da instância discursiva: é ela quem articula as relações pessoais; quem permite a articulação das relações pessoais entre um eu e um tu reconhecíveis e determináveis na situação: é ela quem permite ao eu e ao tu dispensar a precisão lexical e substituí-la pelos indicadores. (...), a instância discursiva institui-se como um espaço; no caso, o espaço de uma interação, ao passo que a enunciação histórica prescinde da interação, o que justificaria sua maior exterioridade".

MAINGUENEAU (1981), remetendo estas discussões a uma terminologia atual, considera os enunciados do discurso, orais ou escritos, como sendo os enunciados que remetem à instância da enunciação, quer dizer, comportando embreadores (eu, tu, os dêiticos, o presente), já a história se apresentaria com uma modalização "Zero" por não apresentar marcas de seu enunciador. SIMONIN (1984:31) observa, por isto, que

o valor modal dos enunciados tem estreita relação com estes dois planos. O discurso, ao contrário da história, observa ela, é fortemente modalizado.

CERVONI (1989:41-3) polemiza a pertinência da dicotomia discurso/história. Atesta a artificialidade da distinção com base na não-especificidade da terceira pessoa, comum tanto à história quanto ao discurso; na não-especificidade de exclusão dos dêiticos – sua ausência não é própria do relato histórico; e ainda na não-especificidade dos tempos verbais exemplificado com um trecho de obra histórica onde o PS (aoristo) não domina o relato dos acontecimentos passados.

Para que se evite erros de interpretação, MAINGUE-NEAU lembra que a dicotomia dos conceitos discurso/história foram construídos para exprimir a lógica do funcionamento da língua ao preço de uma necessária abstração. Então, não se pode deduzir que a história só se encontre na forma escrita, do mesmo modo que não podemos dissociar rigidamente os enunciados do discurso e da história, pois em determinados textos estas formas podem se imbricar. Assim, o discurso e a enunciação histórica se constituiriam pontos extremos de um contínuo e não compartimentos isolados de uma classificação. O próprio Benveniste toma o enunciado indireto como uma forma enunciativa híbrida, resultante de uma combinatória das duas formas enunciativas precedentes.

Em geral, os trabalhos que abordam a problemática da análise tipológica ligada ao fenômeno da enunciação vêm a necessidade de recorrer aos estudos realizados por Émile Benveniste. Estudos que foram motivo de discussões e de reformulações, mas que não deixam de ser um ponto de partida,

uma perspectiva para tratar diferentes formações discursivas. Conforme refere MAINGUENEAU (1976:02),

"O estudo dos fenômenos lingüísticos ligados à enunciação constitui um meio de acesso privilegiado a uma eventual tipologia do discurso".

2.3. REFLEXÕES DE SIMONIN-GRUMBACH

Um dos trabalhos que parte da distinção feita por Benveniste entre discurso/história é a proposta de Simonin-Grumbach (1983), que procura "esboçar uma tipologia dos discursos em função das diferentes relações que podem ser estabelecidas, e/ou marcadas, entre enunciado e enunciação".

Reformula a hipótese de Benveniste segundo a qual o discurso teria suas bases fundadas na forma verbal do presente e na 1ª e 2ª pessoa e a história no aoristo e 3ª pessoa. Apresenta, através de exemplos, textos que fogem a essa distinção e propõe a forma de discurso em 3ª pessoa no presente como sendo a interpretação do tempo base da história bem como a forma de 1ª pessoa no passado como pessoa da história.

Simonin propõe chamar de discurso os textos em que há determinação em relação à situação de enunciação (= Sit ξ), e de história, os textos em que essa determinação se dá em relação à situação de enunciada (= Sit E). No caso do discurso há uma determinação em relação à situação extralingüística, enquanto que na história essa determinação remete ao próprio texto*.

Um texto do tipo "história" tem aparência de "objetividade" (ausência de traços de determinação em relação a Sit ξ); um texto de tipo "discurso" apresenta-se como "sub-

* Conforme refere a própria autora, as notações (ξ , E , $S...$ etc) se devem às pesquisas de A. Culioli e a distinção entre Sit ξ e Sit E se inspira antes na distinção entre "discurso" e "história" estabelecida por Benveniste.

jetivo", relacionado com o enunciador e assumido por ele. Assim, as técnicas narrativas podem classificar-se em função do lugar que ocupa o narrador na narrativa: da ausência total à autobiografia.

Estabelece, no interior do discurso, a distinção entre duas formas de discurso, o oral e o escrito; no primeiro tipo os enunciados são determinados em relação a Sit ξ (locutor, interlocutor, tempo, lugar, objetos) é co-presente, implícita. No segundo tipo, discurso escrito, os enunciados são igualmente determinados em relação a Sit ξ , mas com pelo menos uma parte dela verbalizada (colocada no texto escrito) sob a forma de Sit E = Sit ξ .

Problematiza a afirmação de Benveniste segundo a qual a enunciação histórica caracterizaria a narração de acontecimentos passados, e a determina pela ausência de relação entre Sit E e Sit ξ .

Simonin retoma a hipótese sugerida, mas não desenvolvida, por Benveniste, de um "terceiro tipo de enunciação", correspondente ao discurso direto (DD), ao discurso indireto (DI) e ao estilo indireta livre (SIL), questionando se os mesmos podem ser considerados como discurso ou como história. O DD apesar de possuir particularidades do discurso é necessariamente inserido num contexto do tipo Sit E, que funciona como uma simulação de Sit ξ . Não apresenta a asserção por parte de $Z^* = \mathcal{S}$ do discurso, mas de um \mathcal{S} do contexto. Quanto ao DI que é transcodificado em relação à Sit ξ do discurso, quando é inserida num contexto de discurso, não pode mais ser considerado como discurso, por causa das particularidades que nele apresenta o emprego dos tempos e, pela mesma razão que o DD, porque não merece a asserção por parte de $Z = \mathcal{S}$ do discurso, mas é apresentado como asserção de um \mathcal{S} do contexto. O SIL também não pode ser tomado como discurso, porque ele pode apresentar as mesmas particularidades que o DI no emprego dos tempos, e porque as formas de primeira e segunda

* Z - aquele que assume as modalidades do discurso.

pessoa são dele excluídas. E de maneira geral, não se poderia considerar os DD, DI e SIL como história porque esses enunciados são apresentados como asserção de um $Z = \text{um } S$ do contexto, ao passo que a história é asserção de um Z^+ que não é identificável a nenhum S do texto (diferentemente do discurso, em que Z pode ser $Z = S = \mathcal{S}$). Assim, estas diferentes formas de discurso apresentam particularidades que as diferem daquelas do discurso ou da história. Isso leva a autora a conservar e ampliar a hipótese apresentada por Benveniste da existência de um terceiro tipo de enunciação, o chamado discurso indireto caracterizado por operações de determinação em relação a uma Sit \mathcal{E} transladada, que não são enunciados da asserção de $Z = S$ do contexto do discurso, nem de Z^+ do contexto da história, mas apresentados pelo Z do contexto como sendo asserção de um S do texto.

Ao refletir sobre a forma de textos teóricos, formula a hipótese de que esses tipos de textos são discursos no qual a referência a Sit \mathcal{E} deveria ser compreendida como "referência ao interdiscurso" (o próprio texto e outros textos). O referente não se apresentaria como situacional, mas como um referente discursivo. O fato de que a referência a outros textos possa ser explicitada, ou não, poderia ser critério para distinguir entre textos científicos e ideológicos. Ideológicos porque utilizam conceitos (definidos em referência a um interdiscurso) como se se tratasse de noções.

Faz uma rápida caracterização de um outro tipo de texto, o poético, que se caracteriza por operar com noções e não com conceitos nem com operações de determinação em situação. Não consiste em uma atividade do tipo referencial, mas em um jogo com a língua, ao mesmo tempo no plano fônico das sonoridades e do ritmo, no plano da sintaxe e no plano da virtualidade de sentido das palavras. Nesses textos sem referente, o sujeito enunciador apaga-se mais, já que compete ao leitor reconstruir uma interpretação.

Relaciona ainda diferentes tipos de discursos com estágios de aquisição, ou melhor, esses diferentes tipos corresponderiam a estágios progressivos de aquisição.

Num primeiro estágio, correspondente à constituição do sujeito – distinção entre o eu e o não-eu – haveria sempre determinação implícita em relação a Sit ξ .

Num segundo estágio, correspondente à aquisição do sentimento da permanência do eu no tempo, seria adquirida a distinção entre Sit E e Sit ξ , logo, a capacidade de situar-se em relação a uma Sit E \neq Sit ξ .

Num terceiro estágio, seria adquirida a capacidade de situar em relação a Sit⁺, determinação puramente textual, ligada à capacidade de conceber uma determinação, uma operação de situar diferente da egocêntrica.

Os textos teóricos, as operações de percurso, a distinção entre enunciado de asserção e enunciado citado, seriam adquiridos em último lugar.

A autora examina ainda a questão dos tipos de discursos com relação as modalidades, isto é, da assunção do enunciado pelo sujeito enunciator. Estabelece as categorias verbais como principal traço das operações de determinação temporal e das operações de modalização.

Apresentamos a tipologia de Simonin-Grumbach em termos gerais com o objetivo de servir de parâmetro comparativo em relação à proposta inicial de Benveniste, demonstrando a ampliação da mesma.

Simonin-Grumbach desloca a análise do nível puramente textual (marcas lingüísticas de superfície) para as situações de enunciado e enunciação. Introduz na prática analítica a determinação textual em relação às situações extralingüísticas, prática que desempenha papel fundamental na atual Análise de Discurso.

Toda mudança implica em um processo de ruptura em relação a um "sistema" em vigor. No quadro epistemológico do estruturalismo a análise dos fatos lingüísticos se dava de signo a signo. A análise ficava ao nível da significação estrita em que não se considerava, por exemplo, as relações

dos locutores, visto como transcendental, aos fatos lingüísticos. Em uma palavra, o aspecto extralingüístico não era considerado.

Benveniste, introduzindo a teoria da enunciação, muda esse quadro. Conforme o anteriormente exposto, podemos observar que o tratamento dispensado aos tempos verbais não mais se enquadra nos pressupostos toxionômicos do estruturalismo. A forma como Benveniste os explorou, fazendo parte da "trama do discurso", mostra que tal estudo pode ser um dos principais subsídios numa análise de diferentes tipos de textos.

Em resumo aos comentários a respeito do trabalho realizado por Benveniste, vamos precisar como neles se concebe a noção de tipo, para tal recorrendo a Orlandi (1987:220):

"... os tipos representam, na verdade, diferentes planos de enunciação: discurso/história. O tipo é definido, então, enquanto modo de enunciação. A tipologia aparece, assim, como necessária para se dar conta de diferenças formais da língua: as dos tempos do verbo em francês."

2.4 - CONTRIBUIÇÃO DE JAKOBSON

Não poderíamos deixar de mencionar no quadro da enunciação o trabalho tipológico realizado por Jakobson com base nas funções da linguagem. Isso devido principalmente a três motivos:

- a - por sua grande difusão entre os meios pedagógicos;
- b - por ser largamente utilizado nas pesquisas ciêntíficas;
- c - por ser útil para análise discursiva.

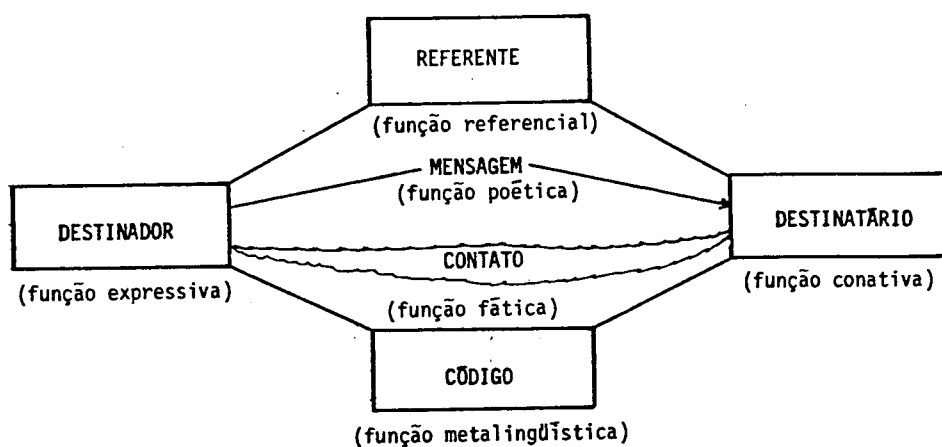
A teoria da enunciação ainda não era desenvolvida quando do surgimento da teoria das funções da linguagem. Surgiu no "império" estruturalista, mas não podemos considerá-la como fazendo parte desse quadro, mas, antes, do quadro da enunciação.

Quando Jakobson atribui funções linguísticas aos diferentes elementos implicados no processo de comunicação(destinador, destinatário, referente, canal, código, mensagem), inscreve o sujeito que fala dentro do quadro global da comunicação procurando pensar a linguagem em sua totalidade.

Jakobson visa mostrar que a função referencial não era única, ou mesmo essencial, concepção de essencialidade que ainda perdura devido ao próprio tratamento que é dispen

sado ao ensino da linguagem, que não é visto em uma perspectiva de interação, mas, ao contrário, tem em seu princípio um detentor de informações no papel do professor tradicional ou no texto.

Partindo do princípio de ser um modelo bastante conhecido, não retomaremos as funções de modo específico. Apresentaremos apenas o esquema que indica as correspondências entre os elementos de comunicação e as funções da linguagem.



O grande mérito do modelo, na época, foi tentar abarcar a complexidade da linguagem. Hoje, no âmbito da AD, podemos dizer que o modelo procede a um certo "enclausuramento" da linguagem.

P. KUENTZ (APUD MAINGUENEAU, 1976:107-108), vendo o trabalho de Jakobson sob o ponto de vista da AD, diz que as funções veiculam dois pressupostos fundamentais do modelo tradicional de "texto":

1) Ele supõe a existência de um nível central do enunciado, ao qual se acrescentam níveis secundários acessórios; um tal modelo não pode então "justificar o funcionamento distanciado das redes discursivas que constituem o enunciado".

2) Ele mantém a supremacia de um destinatário variante do sujeito criador, do "autor" da crítica tradicional. Por outro lado, o esquema da comunicação se lê necessariamente da esquerda para a direita, a partir de um emissor "que atravessando um código ao qual ele pré-existe, se dirige a um destinatário que "escuta" sua mensagem. A relação que é suposta aqui é aquela que vai do autor ao leitor, e não a relação dialética que, a partir da prática linguística, institui seus actantes pelo trabalho da linguagem".

Convém ressaltar que uma análise de mensagens só se torna operável se as funções forem consideradas em termos de dominância, pois na prática, dificilmente uma mensagem coloca em questão uma única função.

No ensino, empregando uma metodologia adequada e entendendo as funções como superpostas, como que imbricadas em um único enunciado, elas podem ser consideradas de grande valia na análise e produção de enunciados.

A tipologia em questão pode fornecer ao aluno (fase de 5ª a 8ª séries) uma visão do mecanismo discursivo quando aplicado à unidade textual, o mesmo não acontecendo quando a prática se dá ao nível oracional. Além disto, dá margem a trabalhar textos nem sempre muito comuns no exercício pedagógico diário, como por exemplo, os textos publicitários.

É importante ressaltar que o objetivo no ensino das funções da linguagem deveria ser a percepção, por parte dos alunos, desses mecanismos discursivos, sem que para isso o professor tenha que "bombardeá-los", com questões terminológicas.

O estudo de Jakobson deve ser considerado como um

"embrião", enquanto continuar determinado puramente pelo cri
tério lingüístico, pois:

*"o objetivo real do que se diz,
o perlocutório, não aparece sem
pre claramente naquilo que se
diz". (REBOUL, s/d:16).*

Pode, porém, ter grandes chances de desenvolvimen-
to e aplicação se passar a considerar o contexto, as condi-
ções de produção dos discursos. Como diz Maingueneau,

*"É ilusório esperar construir a
rede formal das estruturas dis-
cursivas possíveis permanecendo
se dentro do campo estrito de
uma lingüística formal". (MAIN-
GUENEAU, 1976:110).*

IIa PARTE

1. ABORDAGEM TRADICIONAL: NARRAÇÃO-DESCRIÇÃO-DISSERTAÇÃO

Uma das tipologias textuais mais empregadas no ensino de língua portuguesa é a que processa a distinção entre os tipos narrativo, descritivo e dissertativo. Estes trabalhos são encontrados em quase todos os manuais que tratam do ensino da redação.

Geralmente são tratados como tipos de textos, porém é variada a terminologia empregada para referir-se a esta tipologia, em função da orientação adotada pelos estudiosos. Para Magda Soares são formas de redação, gêneros de composição em prosa para Othon M. Garcia, ou ainda modos de discurso, termo adotado por FERNANDEZ, et alii, termo que endossaremos na pesquisa.

Tradicionalmente os trabalhos se limitam a pequenas conceituações ou a uma abordagem dos esquemas estruturais dos referidos tipos de textos. Vejamos como MIRANDA, no manual "Arquitetura da Redação" 7^a ed., trata a questão:

"NARRAÇÃO

DEFINIÇÃO: sequência de fatos.

FATO : conteúdo básico.

AÇÃO : elemento fundamental.

OBSERVAÇÃO: qualidade necessária do narrador.

PERÍODO SIMPLES: predomina na frase.

A DESCRIÇÃO

DEFINIÇÃO: sequência de imagens ou cena.

OBJETO, PAISAGEM, CENA, SER: conteúdo básico.

SENSIBILIDADE: elemento fundamental.

PERÍODO COMPOSTO POR COORDENAÇÃO: predomina na frase.

A DISSERTAÇÃO

DEFINIÇÃO: encadeamento de idéias, raciocínio de causa e efeito.

CONTEÚDO BÁSICO: idéias originais ou comentários de idéias alheias.

ELEMENTO FUNDAMENTAL: raciocínio (causa e efeito).

QUALIDADE DE QUEM DISSERTA: reflexão.

PREDOMINA NA FRASE: período composto por subordinação."

Observe-se que a caracterização tipológica é caótica, não sendo possível estabelecer os parâmetros organizadores da classificação. Por exemplo: observação, sensibilidade e reflexão, atributos desejáveis de quem narra, descreve e disserta, respectivamente, se limitam em que nível? Em que se opõem ação/sensibilidade/raciocínio?

É nestes termos, ou de modo um pouco mais desenvolvido, que se processa a apresentação do assunto. É espreitado sob a forma de "engavetamento", pois a apresentação taxionômica não proporciona a noção de totalidade do saber, refletindo e perpetuando um sistema social. Os diferentes modos de discurso são apresentados de maneira estanque, como modos em si, quando no exemplar concreto dificilmente aparecem de modo puro, os diferentes modos se permeiam gerando múltiplas possibilidades de ocorrências de discursos mistos.

Magda Soares, no prefácio do manual "Técnica de redação", define assim suas "formas de redação":

"Pode-se ter a intenção de considerar um objeto e enumerar, em destaque, as suas características: cor, peso, volume, comprimento, proximidade, formato, constituição, semelhanças, diferenças, etc. Esta intenção constitui um conteúdo particular que aparece numa forma específica de REDAÇÃO, chamada DESCRIÇÃO. Pode-se ter a intenção de considerar, de modo predominante, um fato e escrever sobre as ações e pessoas que geram o fato e as circunstâncias em que este ocorre: causa, consequência, tempo, lugar, etc. Tal intenção produz um outro conteúdo particular, expresso numa forma de REDAÇÃO denominada NARRAÇÃO. Pode-se ter também a intenção de considerar, em relevo, uma idéia em torno de fenômenos ou processos eventos ou ações que geram fatos e objetos. A idéia pode ser uma comparação entre fenômenos ou processos, eventos ou ações, mostrando as suas vantagens, desvantagens; ou pode ser o seu histórico, ressaltando-lhe origem, estado atual e futuro; ou pode ser uma crítica de seus efeitos, destacando suas influências positivas e negativas, com exemplos que comprovem as críticas feitas. Neste caso o conteúdo é expresso numa forma de REDAÇÃO chamada DISSERTAÇÃO." (SOARES, 1978).

Magda Soares adota como critério de especificação do conteúdo e de suas formas de expressão, o fator intencionalidade, que, a nosso ver, é um dos fatores relevantes na caracterização dos tipos textuais, ressalvado que, atado ao conceito, não apareça um sujeito transparente e unificado.

A intencionalidade, segundo KOCH (1984:33) estabe

lece em cada texto, um novo tipo de relações argumentativas, que implicam, por exemplo, a apresentação de explicações, justificativas, razões, relativas aos atos de enunciados anteriores. Enfim, o encadeamento de enunciados, que vai dar origem ao que se denomina texto, depende das intenções do falante.

Vejamos o que diz PAIVA (1985:63) a respeito da intencionalidade ao defender uma tipologia lingüística de textos:

"Concordo com W. Schmidt e H. Harnisch que o fator extratextual mais decisivo é a intenção comunicativa, uma vez que é o critério de intencionalidade que caracteriza o texto."

NEIS (1986), quando trata do estatuto da descrição, alerta para o fato de que a descrição não se restringe, tão-somente, como um objeto literário, como com frequência vem à nossa mente, uma vez que foi assim considerada quando da nossa formação escolar. É uma questão que merece atenção. Tratar os temas como "precipualemente ou exclusivamente" de feitiço artístico deixa de abarcar a totalidade dos textos disponíveis, e — ainda mais sério — não capacita os futuros profissionais, que terão como tarefa descrever peças, processos, experiências, enfim, tipos de redação técnica ou científica.

As usuais descrições solicitadas na redação escolar exigem um sobre-esforço e constituem fator de desinteresse quando tratam de temas que se distanciam da realidade do aluno.

Partir de textos, de diferentes tipos de textos, po

de vir a ser uma experiência enriquecedora no ensino das modalidades discursivas. "O pôr-do-sol", por exemplo, não deixa de ser um tema válido, principalmente por ser um fenômeno que pode ser apreciado por quase todos, mas por que não explorar a grande variedade de textos que fazem parte do nosso cotidiano, como a publicidade e certos tipos de textos diretamente ligados ao trabalho escolar, como obras e trabalhos científicos, dicionários, enciclopédias e manuais técnicos?

Seria interessante não mais considerar a descrição como processo de dissecação de um objeto, mas, e principalmente, como forma de verificar as diferentes funções da descrição e as intenções do narrador quando a emprega em diferentes tipos de textos.

BRAGA (1980:152-3) questiona se a divisão tradicional (narração, descrição, dissertação) seria capaz de dar margem à classificação das inúmeras possibilidades de atualização verbal, dos diferenciados matizes que a expressão verbal pode assumir. Conclui pela precariedade da divisão, considerando-a compacta e dissociada, propondo uma revisão e reformulação à luz da fenomenologia e semiótica peirceana.

A classificação tradicional dos modos discursivos em narrativo, descritivo e dissertativo permanece, em grande parte, nos limites do discurso monológico, quando se poderia explorar, vantajosamente, o fator comunicativo-pragmático.

2. CIÊNCIAS LINGÜÍSTICA E TIPOLOGIA

KOCH e FÁVERO (1987) expõem, sob o prisma lingüístico, uma tipologia textual que considera tipos tradicionalmente reconhecidos e, ao mesmo tempo, colocados em questão: narrativo, descritivo, expositivo; bem como o tipo injuntivo ou diretivo e o tipo preditivo.

Propõem como critério de comparação/diferenciação de textos três dimensões básicas interdependentes:

a. dimensão pragmática, que diz respeito aos macroatos de fala que o texto realiza (intenções, objetivos); e aos diversos modos de atualização em situações comunicativas diferentes (adequação);

b. dimensão esquemática global, ou seja, os modelos cognitivos ou esquemas formais, culturalmente adquiridos;

c. dimensão lingüística de superfície, isto é, as marcas (sintático/semânticas) encontradas no texto que facilitam ao alocutário o esforço de compreensão, permitindo-lhe formular, a partir delas, hipóteses sobre o tipo de texto.

Como podemos observar, as autoras estabeleceram os critérios subsidiadas por diferentes áreas da ciência lingüística, como a pragmática, a psicolingüística e a teoria da enunciação.

A tipologia proposta é a seguinte:

1. Tipo narrativo:

a. dimensão pragmática:

- macroato: asserção de enunciados de ação;
- atitude comunicativa: relato — mundo narrado (Weinrich);
- atualizações em situações comunicativas: romances, quadrinhos, contos, novelas, reportagens, noticiários, depoimentos, relatórios, etc.

b. dimensão esquemática global:

1. ordenação crono-lógica: captação dos eventos numa sucessão temporal e causal (crono-lógica), havendo, portanto, um antes e um depois;

2. (macro) categorias: orientação, complicação, ação ou avaliação, resolução, moral ou estado final.

c. dimensão lingüística de superfície:

Marcas: tempos verbais predominantemente do mundo narrado; circunstancializadores (indicadores de onde, como, quando, por quê), entre os quais se destacam os adjuntos e orações adverbiais temporais, geralmente introduzidos por partículas ou conectores temporais, além de períodos e parágrafos iniciados por expressões do tipo: daí, depois, a seguir, logo em seguida, naquele momento, etc; presença abundante do discurso relatado (direto, indireto e indireto livre), etc.

2. Tipo descritivo:

a. dimensão pragmática:

Macro-ato: asserção de enunciados de estado/situação.

Atitude comunicativa: mundo narrado ou mundo comentado.

Convém assinalar que os tempos do comentário (presente do indicativo, pretérito perfeito e o futuro do presente) conduzem o ouvinte a uma atitude receptiva tensa, engajada, atenta; os do mundo narrado (pretérito perfeito simples, o pretérito imperfeito e mais-que-perfeito e o futuro do pretérito do indicativo) levam a uma atitude receptiva relaxada, não exigindo nenhuma reação direta do ouvinte.

Atualização em situações comunicativas: caracterização (física e/ou psicológica) de personagens e do espaço (paisagens e ambientes) em narrativas; guias turísticos, verbetes de enciclopédias, resenhas de jogos, relatos de experiências ou pesquisas, reportagens, descrições de máquinas, aparelhos, lugares, espécies animais ou vegetais. Enfim, a descrição vai aparecer nas mais diversas modalidades, com as mais diversas funções.

b. dimensão esquemática global:

Superestrutura descritiva:

1. ordenação espaço-temporal (tabularidade predominante) e apresentação das qualidades e elementos componentes do ser descrito.

2. categorias: palavra de entrada (denominação-condensação equivalente ao objeto-tema) + expansão-definição (nomenclatura de sub-temas + predicados: P1, P2 ... Pn).

c. dimensão lingüística de superfície:

Marcas: verbos predominantemente de estado, situação, ou indicadores de propriedades, atitudes, qualidades,

funções; unidade do estoque lexical (coesão lexical, de Halliday) assegurada pelo tema-título; relações de inclusão (hiperonímia-hiponímia); nexos ou articuladores relacionados à situação do objeto-tema e de suas partes no espaço; adjetivação abundante; parataxe; tempos verbais: presente, no comentário; imperfeito, no relato; emprego das figuras (metáfora, metonímia, comparação sinestesia, etc).

3. Tipo expositivo ou explicativo:

a. dimensão pragmática:

Macro-ato: asserção de enunciados conceptuais;

Atitude comunicativa: fazer saber.

Atualizações em situações comunicativas: manuais didáticos, científicos, obras e artigos de divulgação científica, etc.

b. dimensão esquemática global:

- Superestrutura expositiva:

1. ordenação lógica;

2. análise e/ou síntese de representações conceituais.

- Categorias:

Tema:

a) generalização-especificação (via dedutiva)

b) especificação-generalização (via indutiva)

c) generalização-especificação-generalização (via dedutivo/indutiva).

c. dimensão lingüística de superfície:

Marcas: conectores de tipo lógico (relações de

causalidade, condicionalidade, consequência, conclusão), tempos verbais-mundo comentado, presença explícita do interdiscurso, hipotaxe predominante (todos os tipos).

4. Tipo argumentativo "stricto sensu":

a. dimensão pragmática:

Macro-ato: argumentação.

Atitude comunicativa: fazer crer/fazer (convencer, persuadir).

Atualização em situações comunicativas: textos publicitários, propagandísticos (políticos/institucionais), peças judiciárias, matérias opinativas em jornal, teses, discursos políticos, etc.

b. dimensão esquemática global:

Superestrutura argumentativa: 1. ordenação ideológica dos argumentos e contra-argumentos; 2. categorias: (tese anterior) - premissas - argumentos (contra-argumentos) - (síntese) - conclusão (nova tese).

c. dimensão lingüística de superfície:

Marcas: modalizadores, verbos introdutores de opinião, operadores argumentativos, metáforas temporais, autoridade polifônica, recurso à autoridade, etc.

5. Tipo injuntivo ou diretivo

a. dimensão pragmática:

Macro-ato: injunção, conselho, orientação, imposição.

Atitude comunicativa: fazer saber fazer (direcionar, instruir, orientar, ensinar como ...) ou fazer fazer

(normatizar).

Atualizações em situações comunicativas: manuais de instruções, receitas culinárias, bulas de remédios, códigos de leis, mandamentos, etc.

b. dimensão esquemática global:

Superestrutura diretiva:

1. Ordenação seqüencial;
2. Categorias: prescrição de comportamentos: (se qüencialmente ordenador).

Tema: Ação₁ + Ação₂ + Ação₃ ... + Ação_n = resultado ou produto.

c. dimensão lingüística de superfície:

Marcas: modos e tempos verbais (imperativo, infinitivo, futuro do presente); pronomes de 2^a pessoa (interpelação direta). Períodos simples; parataxe; nexos ou articuladores adequados ao encadeamento seqüencial de ações, etc.

6. Tipo preditivo:

a. dimensão pragmática:

Macro-ato: predição (asserção relativa ao futuro);

Atitude comunicativa: fazer crer e/ou fazer saber;

Atualizações em situações comunicativas: horós copos, profecias, boletins meteorológicos, previsões em geral.

b. dimensão esquemática global:

Superestrutura preditiva:

Prenúncio de eventos, situações, comportamentos (individuais ou coletivos) com base em relações de causalida

de, em deduções lógicas ou por simples casualidade.

Categorias:

1. Ordenação-projetiva.

2. Indicador de futuridade + (Evento₁, Evento₂ ... Evento_n).

c. dimensão lingüística de superfície:

Marcas: tempos verbais com perspectiva prospectiva;

Parataxe: estruturas nominalizadas; ausência de conectores; adjetivação abundante.

As autoras consideram, além do tipo expositivo, o argumentativo "stricto sensu", que enquadra os textos tradicionalmente denominados argumentativos, em que a argumentação atinge grau máximo. Ainda em relação à argumentação, ressaltam que

"está presente em todos os tipos, de modo mais ou menos intenso, mais ou menos explícito."
(p.9).

O modo de apresentação da proposta se constitui em um verdadeiro roteiro de trabalho para o exercício de diferenciação e comparação textual enriquecida com o enfoque dado à argumentação, que é aqui considerado como "tipo" quando na maior parte dos manuais de redação é tratado como "momentos da dissertação". Habitualmente, quando a distinção é feita, a argumentação é vista como sendo o único modo discursivo predestinado à lógica: "A argumentação deve basear-se nos sãos princípios da lógica", segundo GARCIA (1978). E se-

rá que a descrição na escolha de uma seqüência coerente dos momentos descritos e a narração na produção de uma ordem linear dos fatos não prescinde de uma organização lógica e hierárquica das idéias?

IIIa PARTE

1. PERSPECTIVA DA ANÁLISE DE DISCURSO - PATRICK CHARAUDEAU

A tipologia proposta por Patrick Charaudeau em "Language et discours" (1983), apresenta amplo desenvolvimento teórico com bases na perspectiva da Análise de discurso. A partir dos fundamentos teóricos apresenta um esboço de tipologia de textos que denomina gêneros discursivos. Esclarecemos que, como se trata de desenvolvimentos teóricos recentes, será necessário apresentar um volume maior de elementos para que se possa compreender os pressupostos da tipologia do autor.

Para Charaudeau, o ato de interpretação (compreensão) de qualquer tipo de texto reflete especificidades (diferenças) e um fundo comum (semelhanças), e seria este "fundo comum" que diferentes sujeitos encontram em um mesmo ato de linguagem que forneceria subsídios para estabelecer uma tipologia de textos. Assim sendo, estabelece como fundamento do critério de sua tipologia a representação da atividade linguística dos membros de uma comunidade (senso comum-consenso), bem como a observação do funcionamento dos fatos de linguagem.

No trabalho de Charaudeau o ato de linguagem é concebido como o resultado de uma encenação discursiva feita por sujeitos agentes (EUc = eu comunicador e TUi = tu interpretador), com uma matéria languageira semântico-formal que se

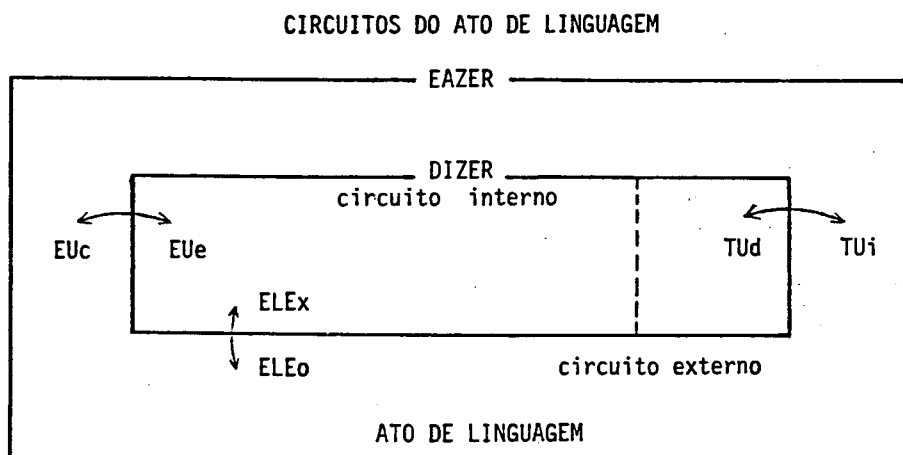
organiza em contratos e estratégias de fala.

Para o bom entendimento da teoria convém esclarecer que a noção "fala" é empregada não em termos de contraposição entre língua oral e língua escrita, mas em termos de linguagem como um todo.

O contrato de fala é constituído pelo conjunto das pressões que codificam as práticas sociolinguageiras e que resultam das condições de produção e de interpretação (circunstâncias de discurso) do ato de linguagem.

As estratégias repousam sobre a hipótese de que o sujeito comunicador (EUC) concebe, organiza e coloca em cena suas intenções de modo a produzir certos efeitos de convicção ou sedução sobre o sujeito interpretante (TUI) para levá-lo a identificar-se conscientemente ou não ao sujeito destinatário (TUD) construído pelo EUC.

O autor representa o ato de linguagem em dois circuitos: interno e externo.



No circuito externo à fala configurada (CIRCUITO DO FAZER), encontram-se os seres ativos, responsáveis, respectivamente, pelos processos de produção e interpretação:

EUc - sujeito comunicador - testemunha de um certo "real", e que, dependendo das circunstâncias de discurso que o ligam ao TU e ao ELE, constrói um sujeito enunciador como sua representação parcial;

TUi - sujeito interpretante - numa relação de opacidade com o sujeito comunicador, tem por tarefa recuperar a imagem de sujeito destinatário, aceitando-a ou recusando-a;

ELEo - mundo real - mundo externo ao circuito da fala.

No circuito interno à fala configurada (CIRCUITO DO DIZER), encontram-se os seres de fala, instituídos no discurso:

EUE - sujeito enunciador - do ponto de vista da produção, representa o traço de intencionalidade do sujeito comunicador e, do ponto de vista da interpretação, é como uma hipótese que o sujeito interpretante faz da intencionalidade do sujeito comunicador;

TUd - sujeito destinatário - interlocutor fabricado pelo sujeito comunicador como destinatário ideal adequado a seu ato de enunciação;

ELEx - mundo discursivo - mundo falado pelos protagonistas e que se institui no e pelo ato de linguagem.

A tipologia de Charaudeau tem por base o conceito de competência semiolinguística, que se define como uma atitude de reconhecer e manipular a matéria linguística em circunstâncias de discurso e resulta da combinação de três componentes: linguístico, situacional e discursivo.

O componente lingüístico, fundamento da competência lingüística, é constituído de diferentes ordens de organização da matéria lingüística:

1. Ordem enunciativa - organiza os lugares e status dos protagonistas (EU e TU). Seus componentes definem-se em termos de comportamentos "languageiros":

- comportamento alocutivo: o EUE adquire posição de autoridade, e o TUD aparece como se estivesse obrigado a executar o que vem do EUE;

- comportamento elocutivo: o EUE aparece engajado no seu ato de comunicação, e o TUD, como testemunha do comunicado;

- comportamento delocutivo: o ELEX tem a palavra, enquanto que o EUE e o TUD, estrategicamente, não intervêm.

2. Ordem argumentativa - organiza e descreve o mundo (ELE) do ponto de vista das operações mentais cognitivas, pondo em relação enunciados, organizando o "saber" do discurso de modo pragmático e taxionômico ou descrevendo o próprio fazer mental explicitado em atitudes cognitivas.

3. Ordem narrativa - organiza e descreve o mundo (ELE) do ponto de vista das ações e qualificações humanas. A organização narrativa cria a existência de uma situação de FALTA para um certo ser, a tomada de consciência por este ser da FALTA, o leva a tornar-se agente de um FAZER, o qual consiste em tentar preencher esta FALTA; isto determina uma BUSCA e um OBJETO DE BUSCA, o qual representa o preenchimento da FALTA. O resultado da BUSCA pode ser favorável ou des-

favorável.

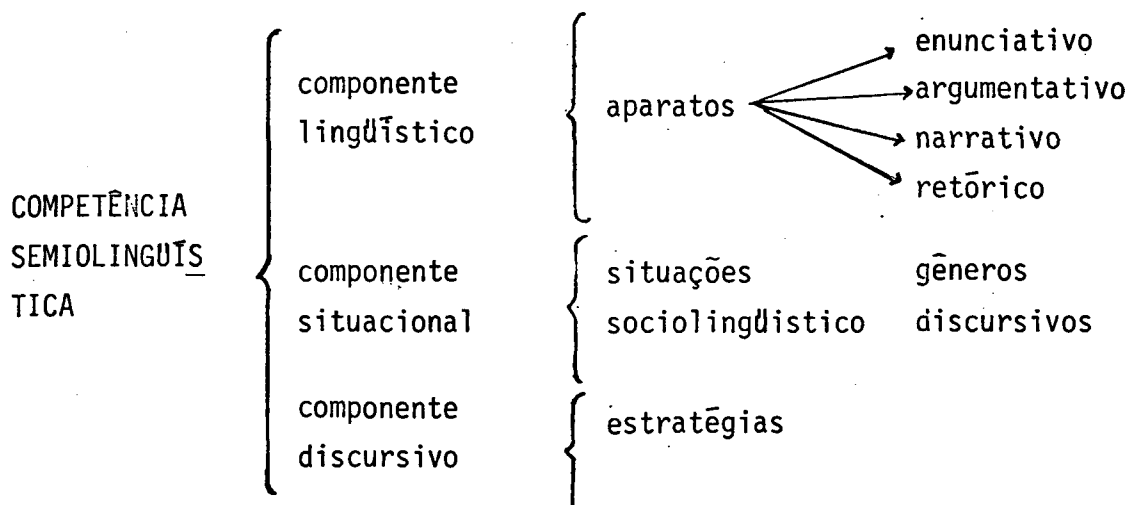
4. Ordem retórica - organiza e descreve a própria linguagem do ponto de vista das operações de relacionamento morfo-semântico que produzem certos efeitos: substituição, conexão e transformação.

O componente situacional é o fundamento da competência situacional, constituída de situações sociolingüísticas codificadas que representam as práticas sociais próprias de uma determinada comunidade e determinam os protagonistas do ato de linguagem através do contrato de fala, que, por sua vez, determina o jogo discursivo do ato de linguagem, fundando este ato em gêneros discursivos (publicitário, político, escolar, científico, etc.).

O componente discursivo é o fundamento da competência discursiva, constituída de estratégias discursivas (enquanto didáticas, propagandistas, demonstrativas, etc.) decorrentes da correlação do contrato de fala com os aparatos.

Charaudeau alerta para o fato de que cada gênero discursivo deverá ser definido em termos de uma estratégia dominante, já que muitos textos utilizam várias estratégias.

O esquema a seguir possibilita visualizar em termos gerais a estruturação dos componentes acima comentados



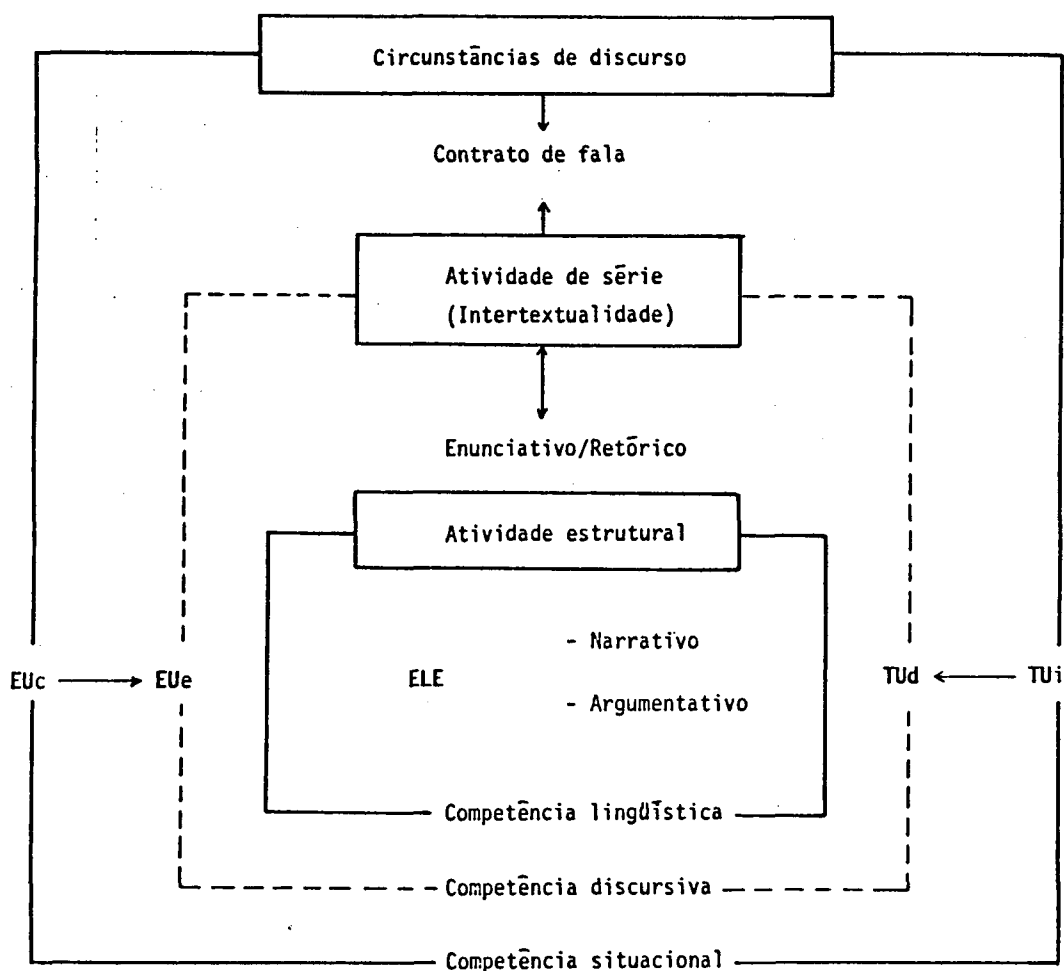
Para o autor o estabelecimento de uma tipologia dos discursos supõe que se proceda previamente

- à descrição e ao recenseamento dos gêneros discursivos, determinando a estratégia dominante;

- à descrição e ao recenseamento das estratégias discursivas;

- a partir deste duplo inventário, estudar a maneira pela qual cada texto combina gênero e estratégias.

Abaixo reproduziremos o esquema geral apresentado por Charaudeau em que visa resumir o ato de linguagem do ponto de vista das atividades lingüísticas e da competência semiolingüística.



O esquema compõe-se de três quadros ou lugares de atividade lingüística que correspondem aos três componentes da competência semiolingüística:

a) atividade estrutural: movida por uma força centrípeta, força o ato de linguagem a adquirir significado em um espaço fechado. Representa a competência lingüística, que, como vimos, é constituída de diferentes ordens de organização: narrativa, argumentativa, enunciativa, retórica. O enunciativo e o retórico se encontram fora do quadro, eles relacionam o ato de linguagem com seus protagonistas, efetivam a intertextualidade;

b) atividade de série: movida por uma força centrífuga, força o ato de linguagem a adquirir significado em uma abertura de intertextualidade. Este quadro está representado por um traço descontínuo que evidencia que este lugar de atividade é permeável às determinações do contrato de fala que, juntamente com a atividade de série, determina o aparato discursivo;

c) circunstâncias de discurso: representa o lugar do conjunto das restrições situacionais que sobredeterminam em parte o ato de linguagem e contribuem para constituí-lo enquanto aparato discursivo. Representa a competência situacional;

d) lugar dos protagonistas: EUc e TUi se encontram em meio ao traço que delimita o quadro das circunstâncias de discurso. É através deles (EUc e TUi) que as imagens de real penetram no ato de linguagem, sobredeterminando EUe (= EU enunciador) e TUD (destinatário) que se encontram no inte-

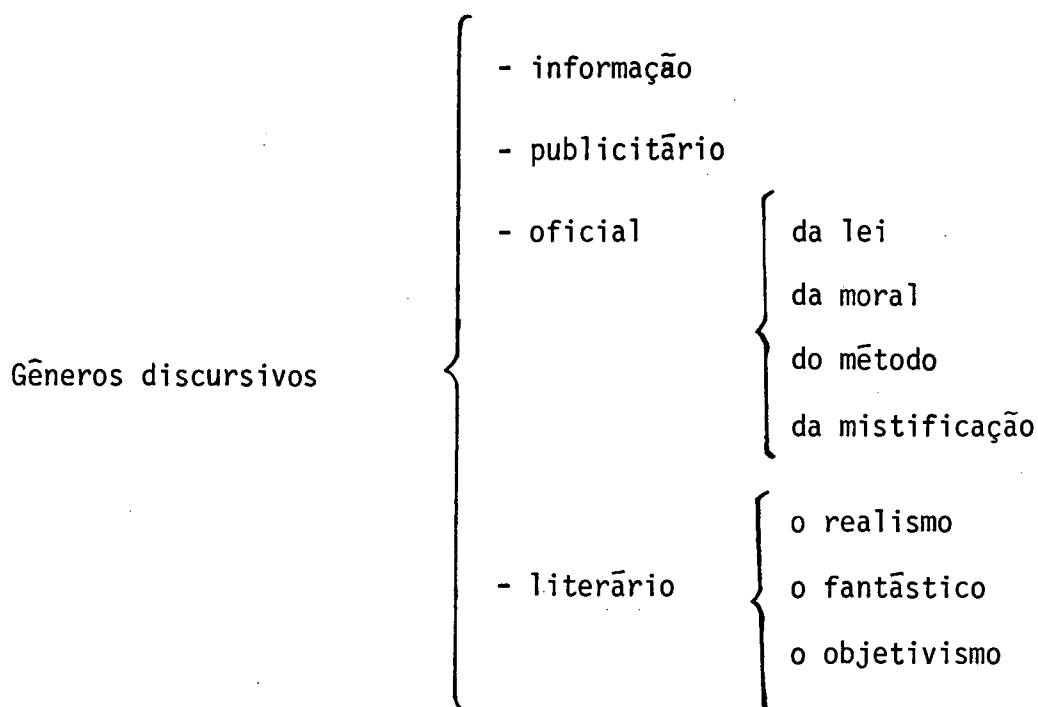
rior do quadro por estabelecerem a relação entre competência discursiva e competência situacional. Então, no que concerne à hipótese da encenação do ato de linguagem, temos a representação de quatro sujeitos: dois parceiros (EUc e TUi) situados no circuito externo do Fazer e dois protagonistas (EUe e TUD) inscritos no circuito interno do Dizer.

O ELE encontra-se no interior do quadro da atividade de estrutural, uma vez que, o argumentativo e o narrativo são direcionados para o ELE do ato de linguagem.

Antes de apresentarmos os gêneros discursivos trabalhados por Charaudeau se faz necessário comentar o conceito de projeto de fala.

Anteriormente já mencionamos o conceito de contrato de fala, que vem a ser um conjunto de restrições que determina os estatutos sócio-linguísticos dos protagonistas. Além de um contrato de fala, o ato de linguagem é determinado também pelo projeto de fala que diz respeito à intenção do sujeito falante. Todo projeto de fala se realiza pela montagem de efeitos de ficção e efeitos de real. Estes efeitos são estratégias que são usadas para criar um universo de discurso capaz de levar TUi a identificar-se com o TUD. É identificando as constantes desse jogo de efeitos que será possível definir os gêneros e sub-gêneros discursivos, bem como os contratos e estratégias do projeto de fala.

A seguir apresentaremos um esquema que permite visualizar os gêneros e sub-gêneros abordados no trabalho tipológico de Charaudeau.



1.1 - Gênero informação

A propósito do gênero informação jornalística supõe a existência de um contrato de autenticidade e de seriedade.

No gênero em questão analisa títulos de imprensa ditos escandalosos. Atribui aos títulos uma importância capital, o papel de essencialidade na informação.

A partir de uma amostra constituída de 20 títulos de imprensa, efetua a análise que evidencia as estratégias próprias da linguagem da informação.

A amostra é sujeita a três interpretações. A primeira, mais específica, abrange configuração lingüística, organização lingüístico-discursiva e conteúdo semântico; uma segunda diz respeito à interpretação semiolingüística; e a terceira, mais global, diz respeito aos efeitos de real e de ficção.

Quanto à configuração lingüística:

a. Do ponto de vista da construção dos enunciados foram observados três tipos:

- enunciados com uma construção resultativa sob forma de particípio ou nominalizada;

- enunciados com uma construção ativa do processo cuja forma canônica é pronome (3ª pessoa) ou SN (Sujeito) + verbo + SN (Objeto);

- combinação de uma construção resultativa com uma construção ativa.

b. Os sujeitos dos verbos representam actantes ativos que:

- não têm identidade específica;

- são identificados de maneira não precisa;

- a identidade das vítimas não é revelada nas construções resultativas.

c. Tempo dos verbos:

- frequentemente no presente (mundo comentado).

d. Ambigüidade das marcas de articulação entre enunciados:

- os marcadores nem sempre permitem dizer se se trata de uma "causalidade real" ou "causalidade instrumental" (auxiliar).

Organização linguístico-discursiva:

a. Do ponto de vista enunciativo:

- caracterizado por uma enunciação delocutiva, não

há marcas explícitas do EUC e do TUD.

O destinatário não é interpelado, ocupa o lugar de sujeito testemunha do texto, logo, exterior à informação veiculada pelo texto. O enunciador se apaga por trás dos propósitos da conversação.

b. Do ponto de vista narrativo:

- descrevem sempre um Fazer que corresponde a um processo de agressão cujo agente (quando expresso) é qualificado de malfeitor, e o beneficiário de vítima;

- o princípio de organização do narrativo diz respeito à tomada de consciência da falta por um certo sujeito que desencadeia uma busca.

c. Do ponto de vista argumentativo:

- ora os propósitos da conversação se compõem de dois enunciados com uma relação de causa e efeito com explicitação da causa;

- ora há uma ambivalência na relação que não permite dizer se a explicação é de causalidade ou de finalidade;

- ora há mascaramento da relação de causa e efeito;

- ora nem a causalidade nem a finalidade não são expressas;

- quanto ao princípio de organização do argumentativo há uma espécie de desordem da relação causa/consequência realizada a partir de diferentes processos:

- desproporção lógica entre causa e consequência;

- . mudança de papel de certos actantes em rela
ção à repartição actancial dita normal;
- . repetição sistemática do mesmo processo;
- . ausência, incapacidade de explicação;
- . explicação que recorre ao acaso.

Conteúdo semântico.

Na interpretação do conteúdo semântico procedeu-se ao reagrupamento do conteúdo semântico em torno de certas no
ções: "morte", "destruição", "sexualidade desviada", etc.

Interpretação semiolingüística:

Quando da interpretação semiolingüística procede-se à relação entre os componentes lingüístico discursivo(narrativo e configuração lingüística) e um ponto merece ser des
tacado, o do emprego temporal (uma vez que diz respeito a estratêgias oferecidas ao discurso da informação):

- relatar o acontecimento dentro de um quadro temporal passado, quando o acontecimento é delimitado por sua instância de aparecimento;

- relatar o acontecimento dentro de um quadro tem
poral presente (o que produz um efeito de "atualização existencial").

Na interpretação que visa mostrar o surgimento dos efeitos de real e de ficção arrola as estratêgias responsáveis por tais cenários.

No cenário do real:

- considera-se "acontecimento real" pelo fato de os títulos pertencerem ao gênero informação, o qual compreende um contrato enunciativo de "autenticidade";

- a apresentação em termos de uma enunciação de locutiva produz um efeito de "evidência";

- relato feito de modo a ter um caráter irreversível;

- o relato feito no tempo presente faz com que haja um efeito de "atualização existencial", bem como faz crer no "direto" que só é possível através das mídias radiofônica e televisiva. Esse "fazer crer no direto" tem por consequência dar mais credibilidade à informação transmitida e fazer o leitor participar da "obsessão do acontecimento".

No cenário da ficção:

- a visão ampliada sobre os atores, juntamente com o relato fixado ao "Universo do mal" constroem uma imagem obsessional do malfeitor e da vítima;

- efeito de anonimato;

- caráter de um acontecimento inelutável;

- marcas de fatalidade;

- desordem causal;

- desproporção lógica: falsos agentes e falsas causas.

Contrato de fala:

Coloca em cena um EUC (sujeito jornalista) que teria como projeto propor ao TUD (sujeito leitor) por ele imaginado, um contrato de consumo de insólito colocando em ação uma estratégia discursiva "basculante" que tem por objetivo tirar o acontecimento do campo racional para mergulhá-lo no campo do sobrenatural.

1.2 - A propósito do gênero publicitário

Charaudeau inscreve a prática social da publicidade em um "circuito de trocas de bens de produção" que coloca em cena vários sujeitos.

Em um primeiro plano temos, de um lado, o fabricante de um produto e o publicitário; de outro lado, os consumidores.

A partir destes parceiros define os sujeitos atuantes:

Um EUC-publicitário - definindo-se como uma instância "comunicante", lugar de um projeto de fala publicitária para um destinatário imaginado (TUD).

Um TUI-consumidor - definindo-se como uma instância "atuante" (pela posição de comprador do produto), e ao mesmo tempo como instância "interpretante" (por ser leitor do texto publicitário).

Um ELEº-produto - definindo-se como "objeto de troca". Esses elementos inscrevem-se no circuito externo de comunicação pertencente ao domínio do Fazer.

Considerando o esquema geral de representação do ato de linguagem em dois circuitos, interno e externo, responsáveis pelo ritual sócio-linguageiro, o autor determina o ato da concepção publicitária inicialmente pelas imposições do circuito externo:

- existência de uma "concorrência" no mercado;
- deontologia que impede qualquer comparação explícita com o produto de uma outra marca;
- existência de tendências sociais que determinam categorias de consumidores: tendência a "preservar o adquirido", e tendência à renovação. Segundo Charaudeau, estas duas tendências opostas e complementares incitarão o publicitário a conceber um discurso polêmico de persuasão e/ou sedução que constitui o fundamento característico do gênero publicitário.

A partir de uma amostra de 13 slogans publicitários Charaudeau procura estabelecer o contrato de fala dos textos publicitários:

Características enunciativas: (agem no circuito interno, no domínio do Dizer).

- O enunciador (EUE) jamais se revela como publicitário. Tem sempre o estatuto de apresentador de um produto. O EUE da fala publicitária é chamado de anunciante.

- O destinatário (TUD) não é designado como consumidor, mas utilizador eventual do produto (comprador potencial).

- O produto (ELEx) não é apresentado sob sua forma bruta:

Ex.: "O importante é ter Charm".

Neste exemplo podemos verificar que o produto não é chamado de cigarro.

Em geral os textos publicitários seguem um esquema: falam do produto (P), da marca (M), das qualificações (q) e do resultado (R), ou seja, aquilo que o produto oferece.

Uma estratégia própria da fala publicitária é a ocultação das qualificações do produto que causa o chamado efeito de notoriedade.

Ex.: "Pensou em pérolas, pensou MAIORCA".

Aquilo que é oferecido pelo produto (R) sempre está presente ou de modo explícito ou implícito.

Organização narrativa:

Charaudeau sintetiza a organização narrativa do texto publicitário nos seguintes termos:

- Você tem uma Falta (Falta = R(-))
- Você procura preencher esta Falta (Busca)
- R representa a Falta preenchida (Objeto de busca)
- P(M) x q representa o meio de preencher esta Falta (Auxiliar da busca).

O discurso publicitário se inscreve numa estratégia do Fazer-Fazer da instância enunciativa do EU. Para o EUc – publicitário – o resultado está no ato de compra do consumidor; para o EUe – anunciante – o resultado está no sucesso de Fazer-Crer na Falta e no objeto de busca. Não se fala no texto publicitário do resultado da Busca.

Organização argumentativa:

A fala do texto publicitário é representada por ELEX: o produto desta marca, combinado com as suas qualificações, dá um certo resultado, ou seja:

$$P(M) \times q \longrightarrow R$$

A enunciação publicitária apresenta um quadro de raciocínio indutivo. E o ato de persuasão se decomporia como:

- a) "Você não pode não querer R";
- b) "Apenas P(M) lhe permitirá obter R".

Para o autor a hipótese de base que institui todo ato de linguagem consiste em postular que o ato de linguagem é o resultado de um projeto de fala do EUc, o qual procede a uma estratégia produzindo efeitos de real e/ou efeitos de ficção. E a determinação do contrato de fala depende dessa hipótese de base.

O gênero publicitário participa de um projeto de fala que põe em cena uma dupla estratégia: "estratégia de ocultação" e "estratégia de sedução/persuasão".

Estratégia de ocultação:

A fala publicitária (circuito interno) é posta em cena de modo a ocultar o que se passa no circuito externo, em outros termos, oculta o lugar onde os parceiros estão ligados por relações de interesses. A ocultação se realiza pela fabricação de uma imagem de sujeito enunciante (EUe) que co-

loca a máscara pudica do anunciante no sujeito comunicante (EUc)-publicitário.

A transgressão desse contrato de fala pode se dar como uma estratégia para fornecer uma imagem "de honestidade" para tornar o "contrato de confiança", que propõe ao destinatário, mais credível.

Ex.: "Se você não sabe o que fazer do seu dinheiro, venha nos visitar, BNP."*

Neste exemplo não há ocultação do EUc sob a imagem inocente do EUE como ocorre com frequência na fala publicitária. O EUc assume aqui o discurso com fins estratégicos.

No processo de ocultação o sujeito-consumidor é mascarado através de uma imagem de sujeito destinatário que deve estar interessado não pelo produto (P), mas por aquilo que ele oferece (R).

Ocorre ainda um deslocamento do lugar do produto (P). Este, no circuito externo, é o objeto de troca entre instância produtora e consumidora. No circuito da fala publicitária, ele funciona como auxiliar da busca do Agente; O deslocamento de P do papel de objeto de busca (que é um parecer), para o papel de auxiliar de busca, tem por efeito inocentar o P, para dar a impressão que ele é mais acessível e portanto, fazer acreditar que se é levado a apossar-se dele por outra coisa que por ele mesmo.

* Os exemplos assinalados foram traduzidos do autor. Foram utilizados slogans de revistas brasileiras, sempre que possível, na exemplificação.

Estratégia de sedução/persuasão:

do Fazer-Crer ao Dever-Fazer.

O publicitário recorre a certos procedimentos discursivos para conquistar seu interlocutor. Fabrica uma imagem de sujeito destinatário bastante sedutora e/ou persuasiva para que o interlocutor possa identificar-se a esta (TUi = TUD) e assim se tornar um consumidor-sem-o-saber, ou um consumidor justificado.

Na ordem da organização narrativa o R (objeto de busca) é sempre apresentado como um "objeto de valor positivo" que normalmente se apresenta de modo vago (prazer, eficácia, etc.) para assim, dentro de um imaginário coletivo, atingir as ansiedades a nível mais pessoal.

Há toda uma adequação entre o discurso e os seus meios de divulgação e as diferentes categorias de interlocutores. O publicitário, segundo as condições de produção às quais está submetido, jogará com dois tipos de contrato:

- o "contrato de seriedade" quando supõe o interlocutor "racionalista". Argumenta de modo a convencer que o produto desempenha uma função de auxiliar "eficaz".

Ex.: Do you speak English? NÃO. Então ... BERLITZ*

- o "contrato maravilhoso", quando supõe um interlocutor menos racionalista, mais predisposto a sonhar. O aspecto narrativo é desenvolvido de modo que o produto auxiliar desempenhe um papel quase mágico.

Ex.: "GILLETE, uma carícia amorosa."

Tipos discursivos:

Estando determinado o contrato de fala cabe a cada texto publicitário especificar sua estratégia. Constatou-se que diferentes textos utilizam os mesmos procedimentos, ou tipos discursivos.

Tipos enunciativos:

- Comportamento delocutivo – o anunciante e o destinatário são apagados. Tem por efeito incitar o sujeito a identificar-se com a imagem ideal de um terceiro que seria adquirido na Busca apresentada pelo texto.

Ex.: "Com o cartão azul, assinar é pagar".

- Comportamento elocutivo – o anunciante se enuncia por posicionamento apreciativo. (Hum! como é bom!). O destinatário está na posição de espectador-testemunha, mas é chamado a participar da euforia do anunciante.

Ex.: "Exclusivo. Muito elegante. Diferente de tudo o que você já viu. CAPRI. Definitivamente fino".

Ainda neste comportamento temos o caso em que o anunciante se enuncia explicitamente sob a denominação da sociedade ou da marca; ele se revela responsável pelo seu discurso e agente do fazer descrito. Incita o destinatário, mesmo não solicitado de modo explícito a considerar-se um Beneficiário.

Ex.: "ANTAR. Nós procuramos tornar a estrada mais segura."*

- Comportamento alocutivo - O anunciante se enuncia no mesmo instante em que solicita o saber do destinatário. O destinatário é solicitado de modo explícito. Incita o TUi a identificar-se, com uma imagem ideal de destinatário (TUi = TUD), destinatário que deve ser o ator de um Fazer do qual será beneficiário tendo o anunciante como aliado.

Ex.: "Com ORTO-RÁPIDA, aprenda, você também, a escrever sem erros".*

Tipos narrativos:

O produto é apresentado como:

P = objeto de busca.

O contrato de fala dá ao P o papel actancial de auxiliar, função que tem por efeito fazer crer ao destinatário que, possuindo o auxiliar (sempre de fácil acesso), ele atinge R através da apropriação das qualificações de P.

Ex.: "O importante é ter Charm."

P = auxiliar eficaz:

O P é apresentado como o instrumento eficaz que dá um "poder técnico" ao Agente de uma busca de "aperfeiçoamento".

Ex.: "Prêmio SL. Quatro portas que abrem todas as outras para você". (FIAT)

P = aliado:

O P é apresentado como agente de uma Busca, cujo destinatário é o parceiro beneficiário.

Ex.: "MAGGI faz a sopa de que você gosta."

E ainda, pelas qualificações que o P recebe, metamorfoseado em Agente de uma busca implícita do destinatário, incita que este se identifique com o modelo de herói, ou de história.

Ex.: "GILLETE, uma carícia amorosa".

Tipos argumentativos:

Os procedimentos argumentativos são o resultado de uma combinação sempre particular dos meios retóricos e enunciativos. Charaudeau cita como próprios ao discurso publicitário:

A singularização - trata-se de fazer distinguir P(M) de todos os outros produtos possíveis, tornando-o único.

Ex.: "Otis ADV 210. O mais moderno elevador programável do Brasil".

A pressuposição - trata-se de fabricar uma imagem de destinatário a qual este não possa recusar. Para tanto, o texto publicitário apresenta seguidamente uma qualificação do próprio destinatário da qual não se pode duvidar.

O exemplo já citado anteriormente "Com ORTO-RÁPIDA, aprenda, você também, a escrever sem erros", pressupõe: você também escreve fazendo erros.

1.3. GÊNERO INSTRUÇÕES OFICIAIS

Para iniciar a exposição do gênero instruções oficiais, retomaremos parte de um esquema apresentado anteriormente para podermos visualizar os sub-gêneros que a ele pertencem.

Gênero instruções oficiais

{ da lei
da moral
do método
da mistificação

Charaudeau a partir de um texto, procede, por "eliminatória", à classificação do mesmo considerando os sub-gêneros pertencentes ao gênero instruções oficiais. Nós vamos nos ater a um levantamento das características desses sub-gêneros.

O texto analisado foi extraído de um Boletim Oficial de Educação Nacional que contém textos de lei. A partir disso Charaudeau questiona a que gênero pertenceria tal texto. Pertenceria ao gênero legislativo, em função de estar inserido em um fascículo que contém textos de leis, ou pertenceria ao gênero didático, visto que se inscreve no sistema escolar?

1.3.1. O discurso da lei:

De início, Charaudeau adverte que o discurso de lei considerado não é o do discurso jurídico, mas o discurso da lei como gênero discursivo que, através do seu contrato de fala, determina as realizações discursivas que dele dependem.

Define a instância comunicadora do discurso da lei como sendo uma espécie de SE-inclusivo-legislador que integra os diferentes protagonistas EU, TU, ELE do ato de linguagem. O legislador é definido como "dizer". A lei é vista em primeiro lugar como um discurso.

Visto ser a instância produtora um sujeito coletivo (socialmente legitimado) o enunciador do dizer (E_{Ue}) é apagado.--Assim também o TUD não está implicado por marcas. Inscrevem-se então, dentro de uma enunciação delocutiva. A lei é que fala e que se endereça aos participantes do consenso.

Apresenta como propriedades discursivas do discurso da lei o comportamento delocutivo, sob uma modalização assertiva (positiva, negativa), utilizando diversas modalidades. Apesar de delocutivo é interpelativo, pois interpela todos os membros da sociedade ou da instituição, que são considerados atores em questão.

A estrutura frástica usada tem valor de definição ("o ensino é: ...; ...); a disposição em alíneas sucessivas e a maneira de editar e definir se dão de maneira atemporal.

1.3.2. O discurso da moral

Este tipo de texto seria encontrado apenas em trechos de textos no interior de situações de linguagem mais amplas; ou então na forma de textos que argumentam sobre a moral, o que não viria a ser um texto intrinsecamente moralizador.

Esse tipo de discurso seria o resultado de uma instância comunicadora que considera a si mesma como uma "autoridade moral"; e como a Moral, do ponto de vista narrativo e argumentativo, é "regulamentar um conjunto de condutas", diz ser esta autoridade dependente do "valor de exemplo" que po-

de ser reconhecido através do sujeito-que-moraliza. Assim, quanto maior o exemplo, maior será a autoridade.

Quanto ao plano narrativo o discurso da moral coloca em cena um conjunto de Fazer que, do ponto de vista de seus conteúdos, representam valores positivos de cuja execução só pode advir a realização do bem. E ainda, para levar a marca da Moral é necessário satisfazer a duas condições sempre pressupostas no texto: os valores positivos que ligam os Fazer ao Bem devem ter um caráter universal e correlativamente todo sujeito deve encontrar uma razão para se constituir Agente deste Fazer. Em favor da primeira condição conclui que o discurso da Moral pressupõe a existência de um Saber: Saber distinguir o Bem do Mal. E para a segunda, pressupõe a existência de uma busca do progresso que seria válida para todos.

O discurso da Moral reforça os pressupostos através de um "contrato de crença": crença na autoridade absoluta do sujeito comunicador que funda a universalidade do Dever-Fazer.

1.3.3. Discurso do método

De início o autor esclarece as diferenças entre: discurso do método, discurso científico e discurso argumentativo. Considera o método em si apenas um dos componentes do cenário do discurso científico. Este, por sua vez, seria um gênero discursivo que se define por seu próprio contrato de fala. O discurso argumentativo não seria nem gênero nem tipo

discursivo. Constituiria uma das ordens da organização linguística, conforme já exposto.

Para Charaudeau o discurso do método existe quando existe intenção de produzir um discurso sobre a excelência de um método (parte-se de um projeto de fala específico). O discurso do método que se constitui em um gênero discursivo (ou sub-gênero do gênero científico), possui um contrato de fala que propõe um ideal do "Como fazer" para demonstrar a verdade, podendo, aparecer em textos que não os científicos.

. Componentes do contrato de fala.

O sujeito enunciador se institui em Conselheiro;

O método se constitui em um programa que deve ser seguido, que corresponde a um ideal do meio e não a unicidade nem a universalidade dos meios. Sendo que o ideal do meio sempre é circunstancial.

O conselheiro tem de ocupar uma certa posição de força. E sua autoridade é fundamentada em que:

- o conselheiro tenha uma prática.
- o conselheiro tenha um conhecimento;
- o programa de Fazer possa ser desligado do conselheiro quanto às suas condições de realização.

Conclui que o discurso do Método é na realidade apenas uma construção a posteriori, que tende a justificar o "triunfo de uma descoberta".

1.3.4. Discurso de mistificação

Este tipo de discurso não é definido de um modo mais preciso. O autor opta dizer, a princípio, tratar-se de uma estratégia discursiva.

A estratégia de "mistificação" seria considerada como uma das variantes de todo processo discursivo com tendência a mascarar um certo Projeto de fala com um certo Dizer e no qual poderiam ser incluídas outras micro-estratégias tais como "a mentira", "o segredo", etc.

A estratégia de "mistificação" estaria presente em um texto quando podemos denunciar um certo jogo de processos discursivos que se escondem uns aos outros, a fim de mascarar o contrato de fala do gênero discursivo do qual depende o texto, ou então fundam um outro contrato de fala e não aquele proposto inicialmente.

1.4 - GÊNERO LITERÁRIO

As considerações que Charaudeau tece a respeito do gênero literário são feitas a partir da interpretação de um trecho do romance "A Modificação" de M. Butor.

Dispensa um rápido esclarecimento a respeito de como deve ser encarado o fato de a interpretação se basear em um "trecho" e não em um texto na sua totalidade. Não considera o trecho como um fragmento escolhido e nem sua interpretação se dará de modo a considerar o texto como pretexto para fazer uma explicação de texto como acontece com os manuais escolares.

Justifica a utilização do "trecho" a partir da hipótese de que o projeto de fala de um escritor se realiza numa encenação que cobre o conjunto de sua obra, que, por sua vez, se encontra na menor de suas partes. Considera o "trecho" como um subconjunto fechado da obra e procurará mostrar que a sua hipótese sobre "o ato de linguagem como encenação" se aplica ao gênero literário.

Tratando-se do gênero literário passa a existir um "Projeto de escritura" e o sujeito comunicador passa a ser chamado de "sujeito escritor" que possui um projeto de encenação de seu ato de escritura e imagina um leitor, "sujeito culto", tendo uma certa competência para poder reconhecer os signos culturais que atravessam sua época.

Resumindo, o EUC faz hipóteses sobre a competência do TUi, (leitor, sujeito interpretante) por fabricar uma certa imagem do TUD (leitor, sujeito destinatário). Considerando ainda que o TUi, leitor real da obra, pode não corresponder à imagem ideal do TUD. Por outro lado, o sujeito escritor (EUC) coloca em cena o seu ato de escritura produzindo efeitos de ficção e efeitos de real.

Ao final da interpretação compara o projeto de escritura do gênero literário, que tem na ficção uma de suas principais características, aos outros sub-gêneros — o realismo (alternância ou simultaneidade de efeitos de ficção e real para obtenção de uma maior verossimilhança), o fantástico (alternância e simultaneidade dos efeitos de ficção e real, mas podendo distinguir ou confundir os dois planos de modo a gerar dúvidas no leitor sobre o consumo da história), o objetivismo, que tenta abolir a cena de ficção.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A proposta semiolinguística do discurso desenvolvida por Charaudeau inscreve-se na perspectiva da AD a partir do estabelecimento das hipóteses de base que norteiam o trabalho, ou seja, a sua representação do ato de linguagem como encenação e correlativamente o postulado da intencionalidade.

A proposta foge aos limites da mecânica do "esquema da comunicação" e do discurso monológico. Considera, ao contrário, o ato de linguagem como um ato de interação que resulta de um projeto de significação (projeto de fala) da parte dos sujeitos envolvidos.

Adota um duplo circuito de comunicação, externo e interno, o que permite dizer que considera fatores ideológicos que, porém, não são desenvolvidos de modo explícito em suas análises.

O modelo cobre os aspectos mais importantes de uma análise discursiva, pois explora o discurso através de várias direções, direções estas que vão conduzir para a significação do discurso como um todo.

3. PROPOSTA DE ORLANDI

ORLANDI (1987) propõe uma tipologia que se inscreve na perspectiva da AD.

Visto que a própria autora diz acreditar que a escolha de uma tipologia está vinculada, entre outras coisas, à concepção de discurso adotada pelo analista, passaremos primeiramente a explicitar a concepção adotada. Para isso vamos nos reportar à fala explicativa que a autora apresenta na introdução da 2ª ed. de "A linguagem e seu funcionamento".

A AD aparece como proposta crítica que procura problematizar as formas de reflexão sobre a linguagem já estabelecidas. Não trabalha com produtos em si, mas com a linguagem em andamento e não se constitui em uma teoria descritiva nem explicativa, mas trata da determinação histórica dos processos de significação. Assim, pressupõe e questiona a lingüística, mas abre espaço em relação às ciências sociais.

Tem como base a relação da linguagem com suas condições de produção por conceber a linguagem como interação. A linguagem não aparece como instrumento de comunicação ou transmissão de informação, ou suporte de pensamento, mas como lugar de conflito, de confronto ideológico, onde a significação se apresenta em toda sua complexidade.

Tradicionalmente o estudo do conteúdo e o sentido

em explorar um texto se dava em função de uma interpretação dirigida que deveria culminar com situações já predeterminadas. Já para AD o que importa é o processo de compreensão do processo discursivo.

A AD possui relações com a Pragmática, com a teoria da Enunciação e da Argumentação, considerando sempre a reflexão sobre o ideológico. Isso por partir do princípio de que não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia.

A autora estabelece três fundamentos para a AD: a teoria, a crítica e a ideologia.

Uma noção que desempenha papel fundamental no trabalho de Orlandi é a de funcionamento, pois do ponto de vista da AD dá-se destaque ao modo de funcionamento da linguagem, lembrando que esse funcionamento não se restringe ao lingüístico, representa também os protagonistas e o objeto do discurso, ou seja, as condições de produção. Considera o funcionamento discursivo como sendo a atividade estruturante de um discurso determinado, por um falante determinado para um interlocutor determinado, com finalidades específicas.

Outro ponto que fundamenta o trabalho em questão são os conceitos de formação discursiva e formação ideológica, conceitos diretamente ligados à noção de sujeito, que é fundamental em AD. Sujeito, formação discursiva e ideológica fazem parte de um contexto que deve ser considerado por tem implicações no estabelecimento da tipologia em questão.

Considerar a linguagem como interação possibilitou à autora apreender o que ela chama de um dos tropeços das teorias lingüísticas que é a ilusão subjetiva, ou seja, o su

jeito acredita ser a fonte exclusiva de seu discurso quando, na realidade, retoma sentidos preexistentes, uma vez que é submetido às formações discursivas e ideológicas.

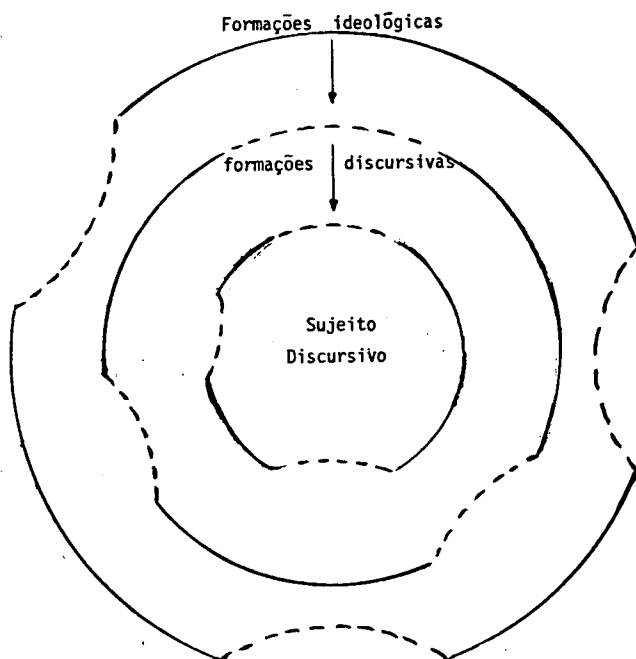
ORLANDI, apoiada em Pêcheux, define formação discursiva como sendo aquilo que numa formação ideológica dada (isto é, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada) determina o que pode e deve ser dito. A ilusão do sujeito resulta desse complexo mecanismo. Vejamos o que diz LAGAZZI, a respeito:

"O sujeito da linguagem fala, não de qualquer lugar, mas de uma posição já definida social, histórica e ideologicamente, ou que se define no jogo discursivo, no embate de forças, mas sempre de um lugar ao mesmo tempo determinado pela/determinador da história desse sujeito, lugar este que o impede de ser a origem absoluta de seu discurso." (LAGAZZI, 1988:97-8).

A ilusão subjetiva resulta da idéia de que o sujeito tem de ser origem absoluta de seu discurso:



Mas na realidade há uma sobredeterminação e inter-relação de um sistema mais complexo:



Na esquematização acima a parte pontilhada representa a permeação entre as formações, e no interior do esquema, também o inter-relacionamento entre os planos responsáveis pela determinação do sujeito do discursivo (ver flechas).

A idéia de que o sujeito falante é a fonte exclusiva de sentido do seu discurso não passa de uma ilusão discursiva que se fundamenta, segundo Pêcheux (1975) em um duplo esquema de esquecimento (devendo-se entender por "esquecimento" não algo que estava em algum lugar e se perdeu, mas que nunca foi conscientizado):

a) esquecimento nº 1: o Sujeito se constitui pelo esquecimento daquilo que o determina;

b) esquecimento nº 2: apaga-se, no interior da for-

mação discursiva que nos domina, a maneira pela qual selecionamos certas palavras, certas expressões, e não outras. Chega-se a uma ilusão referencial: parece que existe completa correspondência entre o que se diz e o referente.

Temos no primeiro caso um apagamento ideológico; no segundo, lingüístico. Lagazzi, ao falar sobre o assunto, diz:

"O sujeito se constitui no interior de uma formação discursiva, mas a relação que ele estabelece com essa formação dominante e com as outras formações discursivas que aí se entrecruzam, a relação que ele estabelece entre as várias formações discursivas, é própria da história de cada sujeito e não pré-existe a esse sujeito. Cada história produz um discurso diferente. Trata-se, assim de uma constituição mútua: o sujeito se constitui no interior de uma formação discursiva, mas ao mesmo tempo constitui uma relação própria com essa formação discursiva, relação essa permeada pela história desse sujeito." (LAGAZZI, 1988:25).

3.1 - Discurso/texto

Para constituir sua tipologia Orlandi estabeleceu a distinção entre texto/discurso. Essa necessidade surgiu do fato de discurso ser um conceito teórico que não poderia ser delimitado em termos de análise por não existir um discurso mas um estado de um processo discursivo. Para a análise se tornar operável era necessário trabalhar com uma unidade delimitada. O discurso foi então considerado como conceito teórico e metodológico e o texto seu equivalente, sua contrapartida no plano analítico. Então, o objeto da explicação é o

discurso, enquanto a unidade de análise é o texto.

Ao nível metodológico a AD não é um nível diferente de análise, considerando os níveis fonético, sintático, semântico. Pode-se trabalhar com unidades de vários níveis, palavras, sentenças, períodos, etc., sob o enfoque do discurso. Essas unidades, além da especificidade de seu nível – lexical, morfológico, sintático, semântico –, também podem receber dados da perspectiva discursiva.

Ao nível analítico, na perspectiva da AD o texto é visto como unidade de significação, sendo o lugar mais adequado para se observar o fenômeno da linguagem.

3.2 - Tipo

Segundo Orlandi, toda análise de discurso pressupõe uma tipologia. Raramente, porém, os analistas explicitam a tipologia que constitui o seu material de análise, do que decorre um desconhecimento da tipologia em análise de discurso, bem como dos diferentes critérios que instituem as diferentes tipologias.

Para a autora, tipo, em AD, tem a mesma função classificatória, que têm as categorias na análise linguística. É princípio organizador, primeiro passo para a possibilidade de se generalizarem certas características, se agruparem certas propriedades e se distinguirem classes.

Normalmente todas as análises de discurso supõem uma tipologia. O que significa:

- a) que a tipologia é condição necessária da análise;
- b) que o tipo está inserido nas condições de produção do discurso sob dois aspectos: enquanto modelo e enquanto atividade.

Constrói sua tipologia a partir da definição de ti
po dada por J.-M. Marandin (1979), que considera tipo enquan
to cristalização de funcionamento discursivo, como

*"uma configuração de traços for
mais associados a um efeito de
sentido caracterizando a atitu-
de do locutor face a seu discurs
so e através desse face ao des-
tinatário." (J.-M. MARANDIN,
1979, apud Orlandi, 1987:131).*

Orlandi desloca da definição o que se refere a "ati
tude do locutor face ao destinatário", por considerar a rela
ção de interlocução enquanto interação.

A escolha de critérios constitui ponto fundamental
no estabelecimento de uma proposta tipológica. A tipologia
em questão toma como critério o referente e os participantes
do discurso – em outros termos, o objeto do discurso e os
interlocutores. Considerou-se dois processos na produção/ca
racterização da linguagem, o parafrástico e o polissêmico.
Estes dois processos vão estabelecer a tensão básica do dis-
curso, tensão entre texto e contexto histórico-social, o que
não permite mais considerar o discurso como mera transmissão
de informação mas, antes, como efeitos de sentido.

A tipologia estabelecida por Orlandi distingue três
tipos de discurso: lúdico, polêmico, autoritário, e os crité
rios adotados derivam da noção de interação e polissemia.
Da interação resulta o critério que leva em conta o modo co-
mo os interlocutores se consideram e é dentro desse aspecto
de interação que entra o critério da reversibilidade que de-
termina a dinâmica da interlocução. Depende da reversibili-
dade uma maior ou menor troca de papéis entre locutor e alo-

cutário no discurso. Sem essa reversibilidade a fala não se constitui. A polissemia determina a relação dos interlocutores com o objeto do discurso.

Apresentados os principais pontos de vista da autora considerados como fundamentais na formulação da proposta, passaremos a descrevê-la.

Discurso lúdico: é aquele em que a reversibilidade entre interlocutores é total, sendo que o objeto do discurso se mantém como tal na interlocução, resultando disso a polissemia aberta. O exagero é o non sense.

Discurso polêmico: é aquele em que a reversibilidade se dá sob certas condições e em que o objeto do discurso está presente mas sob perspectivas particularizantes dadas pelos participantes que procuram lhe dar uma direção, sendo que a polissemia é controlada. O exagero é a injúria.

Discurso autoritário: é aquele em que a reversibilidade tende a zero, estando o objeto do discurso oculto pelo dizer, havendo um agente exclusivo do discurso, e a polissemia é contida. O exagero é a ordem no sentido militar, isto é, o assujeitamento ao comando.

Convém lembrar que estes tipos de discurso devem ser considerados em termos de dominância, considerando que não há tipos puros. Suas características devem ser pensadas em termos de seu funcionamento dominante.

4. UMA TENTATIVA DE SISTEMATIZAÇÃO

Tivemos como objetivo primeiro, ao fazer o levantamento de diferentes propostas tipológicas, mostrar os diferentes caminhos que podem ser percorridos em função dos critérios adotados. Dependendo da perspectiva teórica, dos critérios, do objeto de análise, nos confrontaremos com diferentes níveis de abrangência tipológica. Não há exclusões mútuas entre as propostas, e os tipos devem sempre ser considerados em termos de dominância. Eles não se constituem de forma nenhuma em compartimentos estanques. Há, entre as propostas, inúmeras possibilidades combinatórias. Revendo as que foram apresentadas anteriormente, tentamos estabelecer uma sistematização objetivando mostrar a existência da articulação entre as mesmas. Foram assim conjugadas:

Formas de interação interlocutores-referência	Domínios	Modalidades	Argumentação	
			Mundos narrado/mundo comentado	Modos
Lúdico	- recreativo	Fazer-saber		
Polêmico	- informativo	Fazer-saber		
	- judiciário	Dever-fazer; Fazer-fazer		
	- político	Fazer-querer		
Autoritário	- publicitário	Fazer-querer; Fazer-querer;		
		Fazer-fazer		
	- oficial - lei	Fazer-dever-fazer		
	- moral	Fazer-querer		
	- pedagógico	Fazer-saber; Saber-fazer		
	- direito	Dever-fazer		
	- científico	Fazer-saber		
	- preditivo	Fazer-saber-fazer; Fazer-fazer		
	- injuntivo/diretivo	Fazer-querer; Fazer-saber		

. A respeito do esquema

Estabelecemos 4 planos. Temos em um primeiro plano as formas de interação interlocutores-referência que abarca a distinção entre discurso lúdico, polêmico, autoritário estabelecida por ORLANDI (1987).

Em um segundo plano temos os domínios. Incluimos como sendo domínios do discurso lúdico os textos recreativos (termo usado por falta de outro melhor). Descartamos a possibilidade de aqui incluirmos o discurso literário por acharmos que se constitui em um macro-tipo e ainda porque em qualquer classificação que se pretenda em relação a diferentes tipos de textos é necessária uma classificação primeira entre literários x não literários. Isso porque a comunicação literária exige critérios específicos de análise, uma vez que se caracteriza por condições de produção e recepção próprios, diferente dos não literários, (embora não se pretenda pressupor limites irrefutáveis).

Nos domínios do discurso polêmico encontramos o discurso informativo, o judiciário (tendo como ponto de mira a acusação ou defesa – tribunal) e o discurso político.

Quanto aos domínios do discurso autoritário temos o publicitário, o oficial, o qual abarca o discurso da lei (discurso da moral, pedagógico, do direito). O discurso ciêntífico poderia figurar tanto no domínio do discurso polêmico como no do autoritário. Sua classificação depende do ponto de vista que se tem sobre o mesmo. Pode ser considerado polêmico no sentido de as teorias científicas serem contestá-veis. Nós, porém, tivemos como base de classificação a auto-

ridade do sujeito cientista que, apesar de ser diluído discursivamente, é o detentor de um saber. Teríamos ainda dentro desse quadro o preditivo e o injuntivo diretivo.

Incluimos no terceiro plano as modalidades porque estas influem na determinação de certo tipo de estruturas discursivas – logo, configuram no processo produtivo dos discursos por refletir, particularmente, a relação enunciad^or/enunciatário. Citamos apenas algumas modalidades que consideramos preponderantes em relação aos diferentes tipos de discursos. Lembramos, no entanto, que as possibilidades de combinação podem resultar em modalidades complexas. "Modos", no quarto plano, remete à teoria de WEINRICH que divide as situações comunicativas em dois grupos: o mundo comentado e o mundo narrado.

Colocamos a argumentação como abarcando todo o esquema tipológico. Isso porque a argumentação está presente, em menor ou maior grau, na interação social exercida por intermédio da língua. Assim sendo, não consideramos a argumentação um tipo discursivo, mas uma estratégia constitutiva de discurso.

Convém ressaltar que a divisão apresentada é apenas uma abstração feita com o objetivo de orientação de análise para permitir identificar algumas características centrais de cada tipo. Estabelecer uma divisão entre diferentes tipos de discursos é problemático, pois, na realidade, não existem fronteiras entre as diferentes formações discursivas, estas são interligadas, se cruzam dando origem à interdiscursividade.

4.1 - Manifestações discursivas dos domínios

recreativo	histórias em quadrinhos, palavras cruzadas, músicas, trocadilhos, charadas, desenho humorístico.
informativo	manchetes, editoriais, comentários críticos, relatos (depoimentos), relatórios, avisos, convites, biografias.
judiciário	acusação e defesa no tribunal do júri.
político	panfleto sindical reivindicatório, debates, decretos e regulamentos, juramento de posse, etc.
publicitário	cartaz, slogans, outdoor, adesivos.
oficial	declaração dos direitos humanos, direitos da criança, da família, constituição, contratos de compra e venda.
preditivo	placas de orientação e sinalização, horóscopos, profecias, boletins meteorológicos.
injuntivo	guias turísticos, manuais de instrução, receitas culinárias, bulas de remédios, códigos de leis, regras de jogos, mandamentos, etc.

5. PROPOSTA DE ANÁLISE

Se o objetivo primeiro da comunicação e expressão é o ensino da língua para que assim o aluno se auto-exprese, é necessário que o ensino não priorize o discurso literário relegando a tipologia textual como vem ocorrendo na atual prática. Isso ainda ocorre devido à prática de valorizar a variedade culta da língua e que sabemos ser um instrumento de dominação ideológica.

A nosso ver o ensino da língua pode ser feito através da exploração dos diferentes tipos de textos com os quais o aluno se depara no dia-a-dia. São estes textos que vão fornecer o contato com as diferentes formações discursivas.

Não podemos distanciar a ação pedagógica e metodológica do complexo sócio-cultural onde se encontra inserida. A escola é lugar de discursos variados por estar inserida em uma sociedade que difunde todos os tipos possíveis de discurso. Hoje estamos mais do que nunca confrontados com os meios de comunicação de massa cujos discursos devem ser admitidos pela escola para que possamos discerni-los, julgá-los a partir da análise do modo como funcionam e das funções que desempenham. É neste sentido que apresentamos nossa proposta de análise. Enfocaremos o discurso jornalístico, na modalidade de editorial, o político e o publicitário.

CARTA AO LEITOR

Microajustes na macroeconomia

De tanto os economistas repetirem, tem-se como certo que no nível macroeconômico o Plano Collor é "muito consistente". Ocorre que, passadas três semanas desde a decretação do pacote, o plano vem se revelando ameaçadoramente inconsistente no nível microeconômico. Complexas e radicais, as medidas do governo formam um todo coerente que tem condições de fazer com que, a longo prazo, a economia brasileira esteja numa situação muito melhor do que estava nos tenebrosos dias de inflação incontável. Só no futuro, através dos resultados concretos que gerar, portanto, o plano poderá mostrar sua alardeada consistência. O problema é que se vive no presente, no nível micro do cotidiano de assalariados e empresas. E nesse nível, ao menos até agora, o plano é de uma grande inconsistência.

Afora a sofrida adaptação aos novos tempos, que se materializa principalmente no suplício das filas nos bancos, há outros problemas, bem mais espinhosos, que vêm se acumulando desde que o governo baixou o pacote em 16 de março. Caiu o volume de negócios, diminuíram simultaneamente o consumo e a poupança, houve redução salarial e demis-



Fila para receber salários: incerteza

sões em algumas empresas e, em setores inteiros, a economia encontra-se semiparalisada pela falta de dinheiro. Do lado dos encarregados de gerir o plano, de adaptá-lo à realidade e às dificuldades que surgem no dia-a-dia, não se percebe até o momento a necessária agilidade para realizar o ajuste entre as equações macroeconômicas e os problemas microeconômicos. Com isso, é bastante difícil entender como se chegará à consistência pela via da inconsistência. Ao contrário,

fica a impressão que sem ajustes no plano a tendência será que a situação fique ainda mais difícil ou degingole de vez numa inconsistência generalizada.

Os ajustes e correções de rumo não são só necessários como urgentes. Sem que sejam criados mecanismos que permitam às empresas arrumar dinheiro para honrar seus compromissos, os atrasos, demissões e falências serão inevitáveis. Tome-se, por exemplo, o problema das folhas de pagamento, que afeta tanto os assalariados como as empresas. Não há economia, no mundo inteiro, que possa funcionar com um mínimo de normalidade sem que as empresas não saibam como pagar nem os assalariados quando vão receber salários. É urgente que se encontre uma solução para esse problema, que deixa de ser "micro" quando impacta a vida de milhões de pessoas.

Veja - 11 de abril de 1990.

O discurso no parlatório

Esta é íntegra do discurso do presidente Fernando Collor no parlatório.

"A transição democrática se completa neste instante, com a posse de um presidente da República eleito pelo voto direto da maioria do povo brasileiro. Todos nós temos compromisso com a democracia tão duramente conquistada, temos compromisso com a justiça social, temos compromisso com o desenvolvimento, com a liberdade, com o progresso que deverá nortear os rumos deste país a partir deste 15 de março.

Quero, neste instante em que recebo a faixa presidencial, símbolo da chefia do Estado e do governo da República Federativa do Brasil, voltar o melhor do meu pensamento e a maior das minhas preocupações para a imensa maioria de brasileiros a quem eu lego esta conquista democrática: aos descamisados, aos pés descalços, àqueles que querem justiça social no país para poder viver condignamente.

Chegamos neste dia, depois de uma luta que engrandeceu este país, as paixões estavam livres, o discurso garantido pela Constituição, o processo democrático assegurado pelas forças vivas da sociedade brasileira. E chegamos para cumprir uma missão, para cumprir um mandato que não pertence a uma pessoa, na figura do presidente da República, que não pertence a nenhum partido, mas pertence a todo o Brasil, que deseja estar unido neste momento para que possamos tirar a Nação brasileira desta angústia, para mudar esse cotidiano que se abate sobre milhões e milhões de brasileiros.

Quero, neste instante, jurar a vocês, diante do altar das minhas convicções, de que haveremos, conjuntamente com o Congresso Nacional, com o poder Judiciário, respeitando a independência e a harmonia dos poderes, jurar diante do altar das minhas convicções, ao lado do povo brasileiro, da sociedade civil organizada, de que haveremos sim, minha gente, de reconstruir o nosso país para recuperarmos a confiança no seu verdadeiro destino.

Volto também, neste momento, o meu pensamento para a minha querida Alagoas, para o meu Nordeste, para todos os recantos deste país, de Norte a Sul, para aqueles que sofrem, hoje, com o salário baixo, com a falta de educação, de saúde, com a falta até de esperança. Volto meus olhos e minhas preocupações para vocês. E me comprometo, mais uma vez, a dar o melhor de mim, a dar a minha saúde e a minha própria vida, se necessário for, para cumprir rigorosamente com o nosso programa de governo.

Que Deus ajude o presidente da República, que Deus ajude os seus ministros, que Deus ajude o nosso povo, para que nós encontremos definitivamente a trilha do crescimento econômico e da justiça social.

Obrigado, minha gente. Até um outro dia."

Em cima de um All Star tem sempre uma grande estrela.

ALL STAR

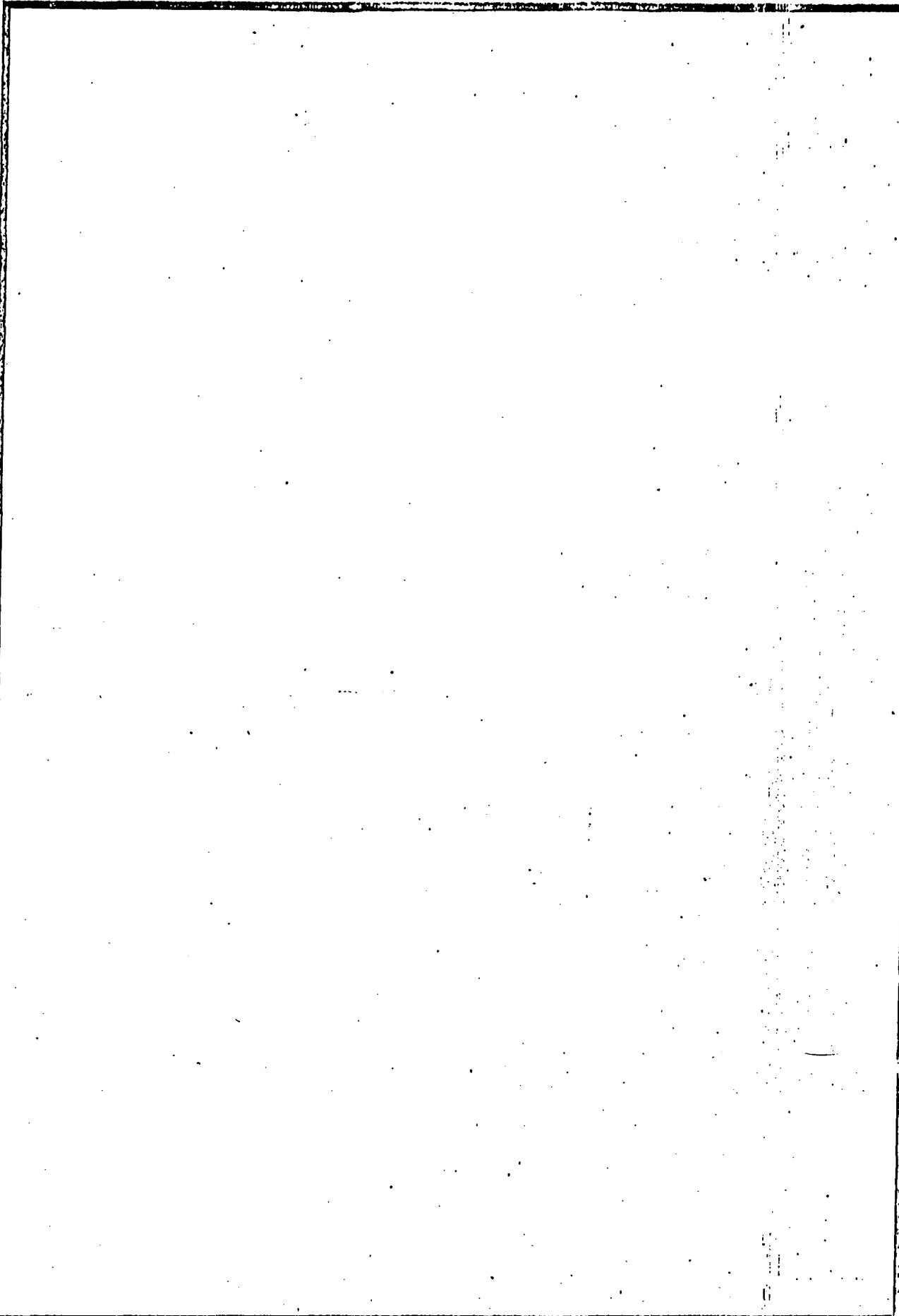


All Star é muito mais que um tênis.
É a marca de gente que está sempre brilhando
em qualquer situação.
All Star combina com liberdade, com juventude
e com alegria. É o tênis de todas as estrelas.
E acima de tudo, tem a marca de qualidade
All Star.



ALL STAR

Espaço reservado para a liberdade de imprensa.



O que você está vendo nesta página é o preço da liberdade de imprensa. Este espaço deveria ter sido ocupado por anúncios da Petrobrás e da Receita Federal, como os que estão sendo veiculados atualmente nos principais jornais brasileiros. Mas a Folha de S. Paulo, o jornal de maior circulação do país, foi excluída. Isto prova duas coisas. Primeiro: a Folha de S. Paulo não abre mão do seu dever de informar e de ser imparcial, mesmo sofrendo represálias econômicas. Segundo: para nós, todos os leitores são iguais. Mesmo que um deles seja o Presidente da República.

FOLHA DE S. PAULO

Com Darling Uva você logo arruma um cacho.



Com Darling Uva,
você vai sentir uma
vibração tão diferente,
que ele logo vai
reparar, e cair de
maduro.
Aí todas as outras vão
ficar passadas.

 darling

rosset
TECIDOS

5.1 - Discurso jornalístico

Texto nº 1 - Editorial.

. Microajustes na macroeconomia

De tanto os economistas repetirem, tem-se como certo que no nível macroeconômico o Plano Collor é "muito consistente". Ocorre que, passadas três semanas desde a decretação do pacote, o plano vem se revelando ameaçadoramente inconsistente no nível microeconômico. Complexas e radicais, as medidas do governo formam um todo coerente que tem condições de fazer com que, a longo prazo, a economia brasileira esteja numa situação muito melhor do que estava nos tenebrosos dias de inflação incontrolável. Só no futuro, através dos resultados concretos que gerar, portanto, o plano poderá mostrar sua alardeada consistência. O problema é que se vive no presente, no nível micro do cotidiano de assalariados e empresas. E nesse nível, ao menos até agora, o plano é de uma grande inconsistência.

Afora a sofrida adaptação aos novos tempos, que se materializa principalmente no suplício das filas nos bancos, há outros problemas, bem mais espinhosos, que vêm se acumulando desde que o governo baixou o pacote em 16 de março. Caiu o volume de negócios, diminuïram simultaneamente o consumo e a poupança, houve redução salarial e demissões em algumas empresas e, em setores inteiros, a economia encontra-se semiparalisada pela falta de dinheiro. Do lado dos encarregados de gerir o plano, de adaptá-lo à realidade e às dificuldades que surgem no dia-a-dia, não se percebe até o momen

R₆ to a necessária agilidade para realizar o ajuste entre as equações macroeconômicas e os problemas microeconômicos. Com isso, é bastante difícil entender como se chegará à consistência pela via da inconsistência. Ao contrário, fica a impressão que sem ajustes no plano a tendência será que a situação fique ainda mais difícil ou degrading de vez numa inconsistência generalizada.

R₇Os ajustes e correções de rumo não são só necessários como urgentes. Sem que sejam criados mecanismos que permitam às empresas arrumar dinheiro para honrar seus compromissos, os atrasos, demissões e falências serão inevitáveis. Tome-se, por exemplo, o problema das folhas de pagamento, que afeta tanto os assalariados como as empresas. Não há economia, no mundo inteiro, que possa funcionar com um mínimo de normalidade sem que as empresas não saibam como pagar nem os assalariados quando vão receber salários. É urgente que se encontre uma solução para esse problema, que deixa de ser "micro" quando impacta a vida de milhões de pessoas.

As revistas especializadas, assim como os jornais, possuem um espaço reservado à expressão de sua opinião. Em geral são artigos curtos que não recebem assinatura, mas que refletem as tendências do veículo de comunicação no qual se inserem.

Tentaremos aqui reconstruir as operações enunciativas utilizadas em um artigo opinativo da revista VEJA de 11 de abril de 1990 na seção "Carta ao Leitor" com o título "Microajustes na macroeconomia".

O assunto tratado diz respeito ao plano econômico

adotado pelo presidente Fernando Collor de Melo ao assumir a presidência da República no dia 15 de março de 1990.

Com a finalidade de viabilizar a nossa análise esta_{belecemos} recortes para melhor marcar a argumentatividade inscrita no texto. Vamos tomar como referência, mas não com exclusividade a concepção de Charaudeau sobre o ato de lingua_{gem}.

Encontramos os seguintes seres de fala instituídos no discurso: um sujeito comunicador (EUC), a revista VEJA, que se expressa através de um sujeito enunciador (EUE) que representa a intencionalidade, o projeto de fala do EUC. O TUD, imaginário do ponto de vista do EUC, é o público consumidor, os leitores usuais e em específico os "encarregados de gerir o plano", a quem o ato de enunciação na realidade é dirigido. A cada TUD corresponde uma instância interpretante (TUI). Os leitores usuais são convidados a participar como testemunhas da cena de real através de seu saber e experiências, já os "encarregados de gerir o plano" podem recusar, corrigir as estratégias argumentativas utilizadas pelo EUE. O assunto sobre o qual se está falando representa o mundo discursivo (ELEX). O mundo real (ELEO) são os problemas sócio-econômicos gerados pela implantação do plano Collor, que recebem interpretação através do discurso de EUE.

Quanto à organização do texto temos, no primeiro recorte, uma conclusão – consistência do plano – que é atribuída a um enunciador que vem explicitado – "os economistas". Logo no início do segundo recorte há uma inversão de direção argumentativa – "Ocorre que ...", que marca a direção oposta à conclusão feita no recorte anterior com relação ao conteú

do do discurso relatado construído aqui pelo EUE. Estes dois recortes mostram que existe uma discussão com relação à viabilidade do plano econômico implantado. O EUE opõe-se à viabilidade do mesmo no nível microeconômico, ou seja, no momento presente. Ainda no segundo recorte aparece a primeira indicação temporal "passadas três semanas".

A argumentação do terceiro recorte se volta a favor de uma possível consistência do plano no futuro. As marcas da temporalidade futura são "a longo prazo", "só no futuro". Outro operador "portanto", é usado para marcar uma conclusão a respeito da propalada consistência que, na visão do EUE, vai depender dos resultados concretos que as medidas vão gerar no momento presente.

No quarto recorte a argumentação enfatiza mais uma vez a inconsistência do plano no nível micro do cotidiano. Há uma marca de retomada do tempo de vigência do plano expresso em "até agora".

No quinto recorte, a partir do advérbio "afora", empregado no sentido de "além de", o EUE arrola um conjunto de problemas causados pela implantação do plano. Estes problemas são argumentos contrários à consistência do plano e são apresentados do geral ao particular e em ordem de importância e gravidade. Mais uma data marca a implantação do pacote: "em 16 de março".

É no sexto recorte que a argumentação atinge maior tensão, o que vem refletido através de várias marcas como: "até o momento", "com isso", "como", "ao contrário". O EUE tece uma crítica aos que gerenciam o plano. A questão da

"consistência" volta à tona e fica visível que o EUE não compartilha a tão propalada consistência nem ao nível macroeconômico, uma vez que nem no micro surtiu efeitos positivos. Usa em favor de sua posição o argumento de que é impossível se atingir a consistência no nível macroeconômico se no nível micro o plano se mostra inconsistente. É este embate de idéias que vem refletido no título do artigo.

No último recorte é emitida a opinião do EUC. Através da voz do EUE adverte para urgência de se encontrar uma solução. São dados exemplos e feitas asserções objetivas com valor de verdades universais, estratégias estas que, para Charaudeau, são responsáveis pela produção da imagem de real.

A intertextualidade vem bem marcada no primeiro parágrafo quando há a repetição de um enunciado que se atribui a um enunciador que se inscreve, na teoria de Charaudeau, no circuito externo, o ELEO, no caso, os economistas. Podemos também aceitar uma intertextualidade mais ampla se considerarmos que o assunto em destaque também está sendo veiculado por outros veículos de informação.

Com relação à modalidade podemos dizer que em um primeiro plano se instaura um Fazer-saber, que é a modalidade específica do tipo de texto informativo. Esse Fazer-saber, no texto, se direciona ao TUI, leitores usuais, e em relação ao TUI, gerentes do plano, inscreve-se um Fazer-Fazer.

Considerando os dois tipos de atitude comunicativa estabelecida por WEINRICH, mundo comentado e mundo narrado, podemos classificar o artigo em análise como fazendo parte do mundo comentado, o que vem demonstrado no texto pela pre-

dominância do tempo presente, que conduz a uma atitude receptiva tensa, engajada. Lembrando Simonin-Grumbach, há uma identificação entre o tempo de enunciado e o tempo de enunciação.

A coesão do texto se estabelece pelos mecanismos da reiteração, ou seja, o texto parte de um hiperônimo "Plano Collor" e segue utilizando 7 (sete) vezes o item lexical "plano" e uma vez os termos "pacote" e "medidas" como formas de remissão ao hiperônimo. A coesão também vem inscrita pelo mecanismo da recorrência, principalmente no que diz respeito aos indicadores temporais.

O discurso resulta da perspectiva de um enunciador informado que detém o saber e que se oculta na impessoalidade do discurso com apenas ligeiras avaliações pessoais como aparece no segundo recorte: "ameaçadoramente".

É um discurso que tem credibilidade, um discurso instituído por ser a expressão da opinião de um veículo de comunicação reconhecido e respeitado.

Como vimos, é um discurso modalizado. Envolve um posicionamento do enunciador, EUe, através do processo argumentativo que é desenvolvido através de deduções, provas e implicações, ou seja, um comportamento elocutivo. Logo, de estrutura eminentemente polêmica.

5.2 - Discurso político

. Texto nº 2 - Discurso político

Tomamos como objeto de análise o discurso proferido pelo presidente Fernando Collor de Melo no parlatório no dia de sua posse. O discurso foi retirado da Folha de São Paulo, que o publicou na íntegra no dia 16 de março de 1990.

Enfatizamos, principalmente, as estratégias que o sujeito comunicador empregou para interpelar o sujeito destinatário.

Temos como TUD um interlocutor fabricado como adequado ao ato de fala do EUC e que vem a ser os responsáveis pela eleição do presidente "maioria do povo brasileiro". Todo o povo da nação vem a ser o sujeito interpretante.

O EUC, detentor do saber, através da fala de um EUE, cria uma imagem de sujeito destinatário bastante sedutor para tentar estabelecer uma total identificação entre TUD e TUI com a finalidade de Fazer-crer que não existe diferença entre povo e poder e que ambos possuem a mesma visão de mundo. Essa posição fica explicitada quando o EUC divide as responsabilidades da ação governamental com o TUD. Isso é reiterado no transcorrer de todo o discurso e para demonstrá-lo dividiremos o mesmo em recortes, que aqui vão coincidir com a paragrafação.

No primeiro parágrafo, sustentado no fato de ter sido eleito "pelo voto direto da maioria do povo brasileiro", o EUC convoca todos ao compromisso: "Todos nós temos compromisso com a democracia tão duramente conquistada, temos compro

misso com a justiça social, temos compromisso com o desenvolvimento, com a liberdade, com o progresso que deverá nortear os rumos deste país a partir deste 15 de março."

No terceiro parágrafo mais uma vez as responsabilidades são redistribuídas: "E chegamos para cumprir uma missão, para cumprir um mandato que não pertence a uma pessoa, na figura do presidente da República, que não pertence a nenhum partido, mas pertence a todo o Brasil..."

Um certo tipo de contrato com o TUD é estabelecido no quarto parágrafo, quando o EUE diz querer jurar "conjuntamente com o Congresso Nacional, com o Poder Judiciário", a reconstrução nacional. Esse comprometimento fica explícito no quinto parágrafo quando EUE promete a vida para cumprir "o nosso programa de governo". Aqui há uma retomada da idéia exposta no primeiro parágrafo, a do comprometimento pelo voto, ou seja, o programa foi aprovado pelo voto da maioria.

O penúltimo parágrafo: "Que Deus ajude o presidente da República, que Deus ajude os seus ministros ..." ilustra bem o fato do EUC usar um sujeito discursivo - EUE - para proferir sua fala.

Outra marca discursiva que pode ser vista como um recurso demagógico para minimizar a distância política entre EUC e TUD é o vocativo "minha gente".

Pelo exposto podemos afirmar que o comportamento enunciativo é o alocutivo demonstrado pela posição de autoridade do EUE.

No que tange às modalidades constatamos que o ato de linguagem está fundado na manipulação, no Fazer-crer, o

que nos leva a avaliá-lo, como sendo um discurso autoritá-
rio. O discurso estabelece, porém, uma certa polêmica implí-
 cita. Esta se dá pelo silenciamento do TUD, a minoria, os
 adversários, que são eliminados do discurso. Isso vem corro-
 borar nossa afirmação da não existência de tipos puros de
 discursos e que toda tentativa de tipificação deve conside-
 rar as condições de produção.

5.3 - O discurso publicitário

Antes de passarmos para a análise prática de textos
 publicitários convém delimitar o que consideramos "publicitá-
 rio".

Usualmente é feita uma distinção entre propaganda e
 publicidade. De modo simplificado podemos dizer que a propa-
 ganda é a atividade voltada para difusão de uma idéia (por
 exemplo: propaganda política), enquanto a publicidade esta-
 ria voltada para difusão de uma mercadoria específica. Sabe-
 mos, contudo, que sempre, ao lado da mercadoria, estamos
 consumindo um bem cultural, um sistema de hábitos e valores
 conotativos de uma sociedade e de seu sistema ideológico, o
 que nos leva a concluir que a publicidade é propaganda en-
 quanto remete ao consumo de ideologias que subjaz às mercado-
 rias. Então, não podemos estabelecer uma distinção rígida en-
 tre os termos e nesta pesquisa serão tratados como sinôni-
 mos.

. Texto nº 3

Tendo como fio condutor de nossa análise o modelo de Charaudeau, tentaremos observar como se organiza a fala publicitária no anúncio de um produto. Seleccionamos para nossa análise o anúncio do tênis "All Star" veiculado na revista NOVA, ano 17, nº 8, agosto de 1989.

A questão da enunciação no discurso publicitário (DP) geralmente se coloca de forma bastante complexa. No anúncio em questão temos como sujeitos atuantes um EUC – publicitário – que constrói um projeto de fala para um destinatário imaginado (TUD) que vêm a ser os consumidores em potencial. Correspondentemente ao TUD temos um TUI que são os leitores do texto publicitário. O EUC representa discursivamente a intencionalidade do EUC. É o responsável pela apresentação do produto (ELEO).

Para Charaudeau a fala publicitária se fundamenta na persuasão e/ou sedução. Tentaremos detectar no anúncio escolhido as estratégias que possam responder por tal caracterização.

Observando o título: "Em cima de um all star tem sempre uma grande estrela" podemos constatar que comporta um dos recursos amplamente empregado nas mensagens publicitárias, a ambigüidade semântica. Há aqui um deslocamento de referência. A "grande estrela" mencionada no texto, refere-se ao eventual usuário e não à marca inscrita no alto da "lingüeta" do tênis. O texto que aparece no canto esquerdo da página evita a ambigüidade de interpretação e reafirma a idéia de o usuário ser a estrela: "É a marca de gente que es

tã sempre brilhando" de "todas as estrelas".

O que é falado no slogan (ELEx) não aparece em sua forma bruta (ELEo), que seria o tênis. Temos assim um processo metonímico: a marca do produto pelo produto. A repetição é aqui usada como estratégia de fixação da marca do produto. No anúncio como um todo encontramos 6 (seis) vezes o nome da marca do produto. Procura-se o reconhecimento automático da marca através do logotipo (estrela). No canto direito da página, local privilegiado pela visão do leitor, é apresentado um modelo diferente daquele que cobre toda página. Um tênis vem estrategicamente caído mostrando o solado. Ainda no mesmo canto aparece o logotipo e o nome da marca impresso em vermelho em letras de tamanho igual às do tênis em close.

A ação persuasiva do EUe fica explícita quando a ênfase não se volta para as características objetivas do produto (ELEo), mas para o destinatário (TUd). Isto pode ser observado desde o nome do produto (all star), que carrega em si toda a magia do nome estrangeiro, até a associação do produto ao nosso nível de satisfação na vida.

O ser humano é prenhe de desejos e aspirações que em geral são projetados e reforçados nos anúncios publicitários. Podemos observar no anúncio em análise uma transcendência do objeto para um valor social, em primeiro plano, o sucesso, que pode ser assim decomposto:

Toda estrela brilha.

Você quer brilhar?

Então use o tênis "All Star".

As qualificações do produto não são expressas, su-

põe-se que o produto já é suficientemente conhecido, e já faz parte da realidade do TUD, dispensando apresentação. O efeito persuasivo se exerce sobre os desejos do TUD através da conotação de valores positivos: "All Star combina com liberdade, com juventude e com alegria". O EUE quer fazer-crer que o "desejo" de TUD pode encontrar sua concretização em um objeto material, e sua satisfação na apropriação deste objeto. Considerando os tipos narrativos de Charaudeau podemos dizer que o produto é apresentado como objeto de busca, possui o papel actancial de auxiliar.

O comportamento enunciativo adotado é o delocutivo, o EUE é apagado e o TUD está presente como um espectador testemunha.

Optamos por classificar o DP como sendo autoritário por lançar mão de slogans altamente persuasivos com estratégias que não permitem sua decodificação, mas apenas uma fácil percepção que leva o destinatário à ação, ao consumo, ou seja, Faz-fazer.

O EUE que representa o projeto de fala do EUC, não pode impor a compra, mas a consegue através de estratégias persuasivas muito sutis e a principal delas é a criação de uma imagem de TUD bastante sedutora para que o TUI queira com ela identificar-se e assim se torne um "consumidor sem-o-saber".

O DP não deixa, porém, de ser polêmico. O consumidor pode ser considerado um autêntico interlocutor ativo, pois sua visão de mundo, anseios e expectativas se encontram espelhados nas mensagens publicitárias. Em geral se estabele

ce uma polêmica interna que resulta do processo de singularização do produto. Este é apresentado como sendo único e assim elimina discursivamente todos os produtos concorrentes.

. Texto nº 4

A análise a seguir refere-se a um anúncio veiculado pelo jornal Folha de S.Paulo em 27 de maio de 1990.

O que nos chama a atenção, em um primeiro momento, não é a linguagem do anúncio, mas a parte icônica. No alto da página aparece impresso em letras de tamanho grande: "Espaço reservado para a liberdade de imprensa". A página segue em branco margeada em preto e, ao pé da página, encontramos o texto que vai dar sustentação à estratégia (espaço em branco) explorada pelo EUC.

O espaço em branco causa impacto ao TUI (leitor) porque há uma quebra de expectativa. O "vazio" contrasta com a sequência tipográfica e o aproveitamento de espaço que normalmente é feito pelos jornais. Para alcançarmos a intencionalidade do EUC, temos que buscar subsídios nas condições de produção. O discurso em análise remete à invasão da sede da Folha da Manhã S.A., empresa que edita a Folha de S. Paulo, por agentes da Polícia Federal no dia 23 de março/90. Fato que teve repercussão nacional e levantou a questão da liberdade de imprensa na atual situação brasileira. Logo, um traço marcante, apesar de implícito, é a presença da interdiscursividade.

O produto, Folha de S. Paulo, é promovido por meio da ação negativa que sofre por parte do governo. Este está ignorando os serviços publicitários do jornal. Discursivamente é com base nesta ação negativa que há o processo de singularização do produto. Parte-se de uma primeira afirmativa onde se diz que os principais jornais brasileiros estão veiculando os anúncios da Petrobrás e da Receita Federal, e, em seguida, há uma explícita mudança de orientação argumentativa expressa pelo operador "mas", que introduz uma segunda afirmação, mais incisiva, que dá destaque ao produto, "o jornal de maior circulação do país..." É ainda em cima da ação negativa que se reafirma o compromisso da imparcialidade: "a Folha de S. Paulo não abre mão do seu dever de informar e de ser imparcial" e a defesa da ordem democrática: "para nós, todos os leitores são iguais. Mesmo que um deles seja o Presidente da República".

No que diz respeito aos seres da fala parece haver uma identificação entre EUC e EUE: "para nós todos os leitores são iguais" — identificação que não deixa de ser uma estratégia para dar mais credibilidade ao contrato de confiança que EUC propõe ao destinatário (leitor usual). Ainda com o objetivo de reafirmar sua popularidade e imparcialidade é apresentado o slogan "O jornal que mais se compra e que nunca se vende". Pretendendo assim, preservar uma relação positiva com os leitores.

É revelado um comportamento do tipo alocutivo, pelo qual o TUD (leitor) é diretamente interpelado: "O que você está vendo nesta página..." Depreendemos, porém, um segundo destinatário implícito a quem na realidade o discurso quer

atingir: o governo. Este, em represália ao tipo de posicionamento do jornal, recusa relações comerciais com o mesmo, o que discursivamente vem expresso em "represálias econômicas".

O EUE responde/adverte ao TUD implícito que mesmo sofrendo represálias econômicas não vai abrir mão da posição jornalística de informar e de ser imparcial. Isso prova, por outro lado, a existência de antagonismo ideológico entre as partes.

A nosso ver, a presença do TUD implícito é a principal estratégia que responde pela função polêmica do discurso. Considerando a argumentatividade como parte estruturante do discurso é interessante observar a ocorrência dos chamados operadores no discurso.

A continuidade da significação do discurso se desenvolve em um movimento de retorno e avanço. As marcas: "nesta página" e "Este espaço" fazem referência ao elemento que constitui parte do texto, mas anterior ao texto em si, o espaço em branco. A relação de comparação, logo de tensão, é estabelecida pelo operador "como". O "mas", como já vimos, é responsável por uma mudança de orientação argumentativa. E o "Isto" remete ao enunciado anterior, ou seja, à atitude de exclusão da Folha. Instaura, porém, um avanço ao re-situar os fatos ordenando argumentos explicativos através dos ordinais: "primeiro" e "segundo". O operador "mesmo" nas duas ocorrências assinala oposição, pela inclusão de um elemento improvável, apesar do "todos" – o Presidente da República.

Vemos, assim, que o processo argumentativo retrata

as intencionalidades. No caso do discurso analisado, foi responsável pela retratação de um discurso polêmico.

. Texto nº 5

Partindo da caracterização feita anteriormente dos seres da fala do DP, analisaremos mais um anúncio para em seguida tecer algumas considerações a respeito das condições de produção dos mesmos. O anúncio escolhido promove a marca de roupa íntima e aparece em uma revista dirigida ao público feminino: CLÁUDIA nº 5 - maio 90, onde outros anúncios (bolsas, sapatos, roupas, produtos de beleza, etc.) disputam a atenção do leitor (TUi).

No anúncio é mostrada a foto de uma jovem usando o modelo anunciado: "Darling Uva". Trata-se de uma jovem bonita e sorridente que está deitada sobre lençóis de seda branca acompanhada por um belo jovem que repousa sob seu braço. Encontramos nesta imagem uma das características fundamentais da fala publicitária: a sedução. O TUD é seduzido por esse cenário e comprará não tanto o produto mas o contexto e a situação enfatizada. O EUE, em função do tipo de interlocutor, emprega um tipo de contrato que Charaudeau denomina de "contrato maravilhoso", onde, através da mensagem, faz com que o produto desempenhe um papel quase mágico.

Há um deslocamento ao nível verbal que não enfatiza o produto, mas promove a visão de mundo do destinatário – no caso, o sistema de crença da mulher brasileira. Esse processo de deslocamento é responsável pela criação imaginária da necessidade do produto. O EUE tenta despertar no TUD a existi

tência de uma situação de falta (sucesso amoroso) incitando-o a ser agente de um fazer (busca) para tentar preencher a falta, processo em que o produto passa a exercer o papel de auxiliar.

O TUD é diretamente interpelado através do uso do pronome "você". Estratégia altamente persuasiva por criar a ilusão de que o discurso foi criado especialmente para ele, assim como o produto anunciado. Podemos dizer que neste anúncio a estratégia persuasiva mais forte é o apelo à emotividade de que vem expressa no próprio nome do produto - "Darling" - que conota intimidade.

As características do produto não são apresentadas. Este procedimento garante a notoriedade e contemporaneidade do produto. Esta estratégia de ocultação das qualificações do produto pode ser também interpretada como um recurso para buscar novos consumidores, uma vez que o valor do produto já é atestado implicitamente.

Enfatiza-se o resultado do uso do produto: "... você vai sentir uma vibração tão diferente, que ele logo vai reparar, e cair de maduro". Assim, o DP camufla o processo de venda. O TUD se impressiona com os recursos persuasivos e, "imperceptivelmente, deglute o que lhe é apresentado."

O anúncio cria uma relação metafórica entre a marca do produto "Darling Uva" e a fruta (uva) da qual busca a cor, bem como sugestões implícitas. O processo metonímico se faz presente quando se toma a marca do produto "Darling Uva" pelo produto "lingerie".

Com relação ao tipo de enunciado, temos um comportamen

mento alocutivo que traz o traço explícito do TUD e portanto revela também a atitude do EUE que se caracteriza como um informador que faz com que o TUD descubra sua falta.

Considerando as condições de produção podemos dizer que o publicitário – EUC – concebe um discurso, que classificamos como autoritário por lançar mão de estratégias persuasivas no sentido de valorizar seu produto opondo-o a outro sem marca, impedindo qualquer tipo de comparação explícita.

Os discursos estruturam-se em função das condições de produção. A determinado modo de empregar a linguagem, corresponde determinado modo de pensar a sociedade, e no caso específico do DP, o emprego das estratégias intencionam difundir e reforçar idéias e ideais da burguesia que tem seus centros de interesse na posse, no consumo. A publicidade é usada como um instrumento de nivelamento que tenta fazer com que uma sociedade estratificada se sinta igualitária.

5.4 - Reflexões Finais

Tentamos em nossas análises desvendar certas estratégias que respondessem por algumas características centrais de diferentes tipos de textos. A terminologia responsável pela classificação foi buscada em ORLANDI (1987).

Constatamos que uma classificação em tipos, a princípio, não pode ser feita ignorando fatores, como as intencionalidades e as condições de produção, que fogem da estrutura formal do texto.

As análises feitas nos levam a concluir que uma tentativa de tipificação de textos deve, necessariamente, ir além das semelhanças estruturais. Deve desentranhar o modo de produção que, a nosso ver, é o recurso de análise mais eficaz para recuperar os processos sociais de produção discursiva, refletindo as relações que os indivíduos constituídos em sujeitos discursivos mantêm com as condições reais de sua existência, ou seja, com as formações ideológicas. Assim, as condições de produção e a argumentatividade em grande parte respondem pelo sentido do discurso — logo, devem ser fatores relevantes no estabelecimento de uma tipologia.

CONCLUSÃO

Ao consultarmos os livros didáticos, podemos observar que dificilmente há uma tentativa de adequar o conteúdo dos mesmos à vivência dos alunos. Os textos, em geral, são trabalhados apenas no sentido da exploração dos conteúdos informativos. Não há equilíbrio quanto aos tipos de textos usados, dando-se primazia aos textos literários, relegando assim, a tipologia textual.

Constatado o problema, voltamos nossa pesquisa no sentido de estabelecer uma tipologia, bem como apresentar uma metodologia de análise que ultrapasse os procedimentos tradicionais dispensados à interpretação de textos. Para tal, realizamos inicialmente o levantamento bibliográfico de diferentes propostas tipológicas.

Tentamos, a seguir, estabelecer uma tipologia conjugando propostas que partiam de critérios heterogêneos, chamando a atenção para a existência da articulação entre as mesmas. A proposta de Orlandi (1987) foi considerada em sua versão forte, ou seja, tendo uma generalidade tal que determina as condições de produção para qualquer discurso.

A metodologia de análise proposta foi aplicada à diferentes tipos de textos: jornalístico, na modalidade de editorial, político e publicitário. As análises práticas, que

tiveram como fio condutor o modelo de P.Charaudeau, demonstram que uma tipologia não pode ser estabelecida em abstrato. Uma classificação de textos em determinados tipos só pode ser feita em sentido amplo, provisório, e em termos de dominância, e é neste sentido que atestamos a inoperância da tipologia tradicional (narração, descrição, dissertação) em voga no atual sistema de ensino.

As atividades, no ensino, são em geral feitas com base na exploração de textos. Partem de ou remetem a um texto. Achamos, então, de primordial importância introduzir diferentes tipos de textos nas aulas de ensino da língua, uma vez que diferentes tipos fazem parte da vivência dos alunos, e, assim sendo, eles devem ser preparados para compreendê-los, para ler os implícitos, as intenções discursivas para que possam se tornar parte ativa do processo de compreensão discursiva, assumindo uma postura consciente perante os mesmos. Os alunos deveriam ser instruídos para perceber a linguagem como a entende Vogt (1980:95): "como uma forma de ação sobre o outro, sobre o interlocutor. E não apenas como ação, mas como ação intencional visando a modificar, a transformar, de certo modo, as condições de comportamento social ..."

Demonstramos, através da proposta de análise, a viabilidade de aplicação do "modelo" da AD para extrapolar a estrutura formal e o conteúdo temático, precisando melhor a significação da organização textual, as intencionalidades subjacentes conduzindo para a significação do discurso como um todo.

Procuramos enfim, através deste trabalho, oferecer uma contribuição teórico-metodológica para tornar o ensino de textos mais eficaz.

BIBLIOGRAFIA

- BARAN, P.A. & SWEESY, P.M. (1975). "Teses sobre a propaganda". In: G. Cohn - Comunicação e indústria cultural. 2 ed. S.P. Comp. Ed. Nacional.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de (1988). Teoria do discurso: fundamentos semióticos. 1 ed. São Paulo, Atual.
- BARROS, Maria Lygia de Camargo (1989). "Escola e vida: o desvelamento da linguagem". Anais de seminários do GEL, Lorena.
- BAUDRILLARD, Jean (1989). O sistema dos objetos. 2 ed. São Paulo, Editora Perspectiva.
- BENVENISTE, Émile (1976). Problemas de lingüística geral. S. P., Companhia Editora Nacional.
- _____ (1989). Problemas de lingüística geral II. Campinas, Pontes.
- BRAGA, Maria Lúcia Santaella (1980). Produção de linguagem e ideologia. São Paulo, Cortez Editora.
- CAMPOS, Maria Helena Rabelo (1981). "Canto e plumagem: a retórica da publicidade". Ensaaios de Semiótica, 3(6):11-32.
- CARNEIRO, Glauco (1974). "Aspectos psicossociais da comunicação de massa". In: W.R.Poyares - Comunicação social e relações públicas. 2 ed. Rio de Janeiro, Ed. Agir.
- CERVONI, Jean (1989). A enunciação. Trad. L. Garcia dos Santos. São Paulo, Ática.

CHARAUDEAU, Patrick (1983). Langage et discours. Paris, Hachette.

CHAUÍ, Marilena de Sousa (1989). Cultura e democracia. 4 ed. rev. e amp. São Paulo, Cortez.

CITELLI, Adilson (1986). Linguagem e persuasão. ed. São Paulo, Ática.

CORACINI, Maria José (org.) (1987). Ensino instrumental de línguas. São Paulo. EDUC - série cadernos PUC:26.

CUADERNOS DEL INSTITUTO DE LINGÜÍSTICA. Análisis sociolingüístico del discurso político. Buenos Aires, nºs 1 (1986) e 2 (1987).

CUNHA, Elza Antonia Pereira (1984). O discurso jurídico e a ideologia do interesse geral. Dissertação de mestrado, UFSC.

CUNHA, Maria Antonieta Antunes (1988). Ler e redigir. V. 4, São Paulo, Atual.

DUBOIS, Jean (1973). Dicionário de lingüística. São Paulo, Ed. Cultrix.

DUCROT, Oswald (1987). O dizer e o dito. Campinas, Pontes.

FARIA, Maria Alice de Oliveira (1989). O jornal na sala de aula. São Paulo, Contexto.

FERNÁNDEZ, Maria do Carmo Leite de Oliveira et alii (1986). "Explicitando uma das regras do jogo: adequação dos tipos de discursos" Letras & Letras, Uberlândia, 2(2):287-331. dez.

FIORIN, José Luiz (1989). Elementos de análise do discurso. São Paulo, Contexto/EDUSP.

FLORES, Onici Claro et alii (1988). Língua e literatura: teoria e prática. nº 1, Porto Alegre, Kuarup, FAPA.

- FOUCAULT, Michel (1987). A arqueologia do saber. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Rio de Janeiro, Forense - Universitária.
- FREITAG, Barbara et alli (1989). O livro didático em questão. São Paulo, Cortez.
- GALVES, Charlotte et alli (org.) (1988). O texto: escrita e leitura. Campinas, Pontes.
- GARCIA, Othon M. (1985). Comunicação em prosa moderna. 12 ed. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas.
- GERALDI, João Wanderley (1985). O texto na sala de aula - leitura e produção. 2 ed. Cascavel: ASSOESTE.
- GREIMAS A.J./J. COURTÈS (1979). Dicionário de semiótica. São Paulo, Editora Cultrix.
- GUESPIN, L. (1971). "Problématique des travaux sur le discours politique". Language. Paris, Didier/Larousse, (23): 3-24.
- GUIMARÃES, Eduardo (org.) (1989). História e sentido na linguagem. Campinas, Pontes.
- _____. "Polifonia e tipologia textual". In: FÁVERO e PASCHOAL. (org.) (1986). Linguística textual: texto e leitura. Cadernos PUC 22, S. Paulo, EDUC.
- GUIMARÃES, Elisa (1990). A articulação do texto. São Paulo, Ática.
- GUTIERREZ, Francisca (1978). Linguagem total - uma pedagogia dos meios de comunicação. Trad. W. Soares. São Paulo, SUMUS.
- HOLENSTEIN, Elmar (1978). Introdução ao pensamento de Roman Jakobson. Trad. Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro, Zahar editores.
- KOCH, Ingedore G. Villaça (1984). Argumentação e linguagem. São Paulo, Cortez Editora.

KOCH, Ingedore G. Villaça "As modalidades do discurso" (1984). Revista brasileira de Linguística. S. Paulo, Global, 7(1):67-82.

_____ (1989). A coesão textual. São Paulo, Contexto.

_____ (1985). "A intertextualidade como critério de textualidade". In: FÁVERO & PASCOAL (org.) Linguística textual: texto e leitura, Cadernos PUC, 22, S.Paulo, EDUC.

KOCH, Ingedore. G. Villaça & TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1989). Texto e coerência. São Paulo, Cortez.

_____ (1990). A coerência textual. São Paulo, Contexto.

KOCH, Ingedore G. Villaça & FÁVERO, Leonor Lopes (1987). "Contribuição a uma tipologia textual". Letras & Letras. Uberlândia, 3(1):3-10.

LAGAZZI, Suzy (1988). O desafio de dizer não. Campinas, Pontes.

LOPES, Edwad (1986). "O texto literário e o texto de massa e o ensino da língua portuguesa. STYLOS, Araraquara - UNESP, (91):3-30.

MAINGUENEAU, Dominique (1976). Initiation aux méthodes de l'analyse du discours, problèmes et perspectives. Hachette, Paris.

_____ (1981). Approche de l'énonciation en linguistique française. Hachette, Paris.

_____ (1989). Novas tendências em análise do discurso. Trad. Freda Indursky. Campinas, Pontes.

MARAFIOTI, Roberto (1989). "La publicidad, significante del consumo. In: Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas, (16):97-122, jan./jun.

MARANHÃO, Jorge (1988). A arte da publicidade: estética, crítica e kitsch. Campinas, Papirus.

- MARCHUSCHI, Luis A. (1983). Linguística de texto: o que é e como se faz. Série Debates 1, Recife, Universidade Federal de Pernambuco.
- MARCUS-STEIFF, Joachim et alii (1974). Os mitos da publicidade. Trad. Hilton Ferreira Japiassú, Petrópolis, Vozes.
- MIRANDA, José Fernando (1985). Arquitetura da redação. 7 ed. Porto Alegre, Sagra.
- NEGRONI, Maria Marta Garcia (1988). "La destinación del discurso político: una categoría múltiple". Lenguaje en Contexto. Editora Beatriz R. Lavandera: I(1/2):85-111.
- NEIS, Ignácio Antônio (1985). "Elementos de tipologia do texto descritivo". In: FÁVERO & PASCHOAL (org.). Linguística textual: texto e leitura. Cadernos PUC, 22, S. Paulo, EDUC.
- NERY, Rosa Maria (1986). "Comparaison D'articles dans la presse brésilienne et la presse française: le "news actualité" des hebdomadaires d'information". Université Paris - Nord.
- ORLANDI, Eni Pulcinelli (1987). A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 2 ed. rev. e aum. Campinas, Pontes.
- _____ (1988). Discurso e leitura. São Paulo, Cortez.
- _____ et alii (1988). Sujeito e texto. São Paulo, EDUC.
- OSAKABE, Haguira (1979). Argumentação e discurso político. São Paulo, Kairós.
- PAIS, Cidmar Teodoro (1984). "Aspectos de uma tipologia dos universos de discurso". Revista brasileira de Linguística. S.P., Global editora, 7(1):43-65.
- PAIVA, Antônio Firmino de. "Problemas e perspectivas para uma tipologia pragmática do texto". Linguagem. Rio de Janeiro, Presença, (4/5/6):61-5.

PÊCHEUX, Michel, FUCHS, Catherine (1975). "Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours". Langages. Paris, Didier - Larousse, (37):7-80.

PEYTARD, Jean & PORCHER, Louis (org.). Langue Française: textes et discours non littéraires. Paris, Larousse, n° 28 Déc. 75.

PINTO, Céli Regina Jardim (1989). Com a palavra o senhor presidente José Sarney. São Paulo, Editora HUCITEC.

REBOUL, Olivier. O slogan. Trad. Ignácio Assis Silva. São Paulo, Ed. Cultrix (s/d).

SANTOS, Márcia C. & TEIXEIRA, Marlene L. (1989). "A análise do discurso na escola de segundo grau". Letras de Hoje. PUC/RS., (78):111-134, dez.

SIMONIN-GRUMBACH, J. (1983). "Para uma tipologia dos discursos". In: Roman Jakobson et alii. Língua, discurso, sociedade. São Paulo, Global. p.31-69.

SIMONIN, Jenny. "Les plans d'énonciation dans Berlin Alexanderplatz de Döblin, ou de la polyphonie textuelle". Langages, Paris, Larousse, (37):30-56.

SOARES, Magda Becker (1978). Técnica de redação: as articulações lingüísticas como técnica de pensamento. Rio de Janeiro, Ao livro técnico.

SOARES, Magda (1986). Linguagem e escola. Uma perspectiva social. 3 ed. São Paulo, Ática.

SOUZA, Álvaro José de (1990). Geografia lingüística: dominação e liberdade. São Paulo, Contexto.

TRONCA, Italo A. (org.) (1987). Foucault vivo. Campinas, Pontes.

VANOYE, Francis (1982). Usos da linguagem: problemas e técnicas na produção oral e escrita. 3 ed. São Paulo, Ed. Martins Fontes.

VOGT, Carlos (1980). Linguagem, pragmática e ideologia. São Paulo, HUCITEC/FUNCAMP.